BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

NOVEMBRO 2024

CCDR CENTRO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P.

ÍNDICE

Apresentação 3

Síntese 4

Indicador global de avaliação 6

Fichas de análise 9

- Crescimento e Competividade 10
- Potencial Humano 35
- Qualidade de Vida 48
- Coesão 56
- Sustentabilidade Ambiental e Energética 63

Anexo 70

FICHA TÉCNICA

Editor:
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.
Responsável Técnico: Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional
Data de edição: novembro 2024

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

www.ccdrc.pt

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

A informação deste barómetro encontra-se também em
http://datacentro.ccdrc.pt

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Por ocasião do 10.º aniversário desta publicação, assinalado na edição de dezembro de 2023, foi também introduzida a dimensão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prosseguindo com os objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, cada uma das 25 fichas de análise do Barómetro foi alinhada com o ODS respetivo entre os 17 aprovados pelos Estados-membros da ONU, para monitorização e avaliação do progresso da Região Centro nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental). Os 17 ODS encontram-se apresentados em anexo.

Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal tem ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens ATUALIZADA
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard
5. Doutorados

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto
9. Produtividade do trabalho

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais ATUALIZADA

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente
15. Taxa de desemprego ATUALIZADA
16. Taxa de desemprego jovem

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção ATUALIZADA
20. Distribuição do rendimento

Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional
22. Dispersão do rendimento familiar ATUALIZADA

Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética

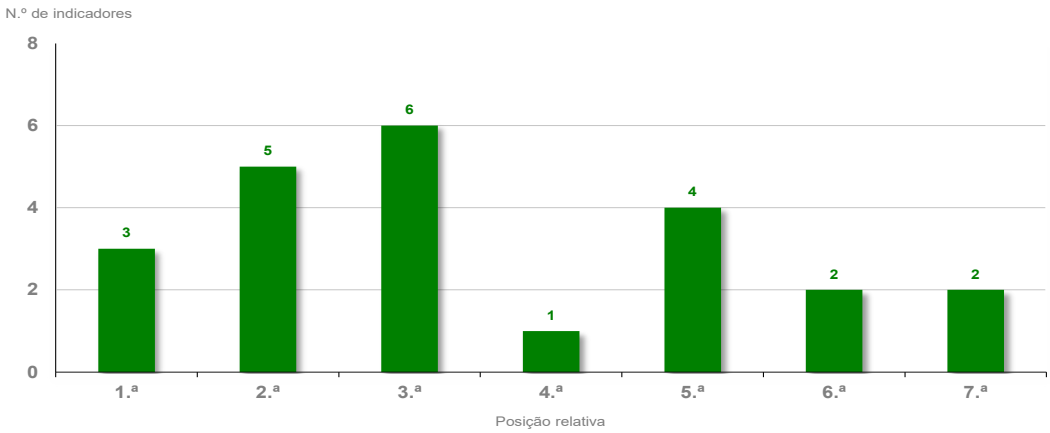
dezembro de 2023

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

DIMENSÕES DO INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

novembro de 2024

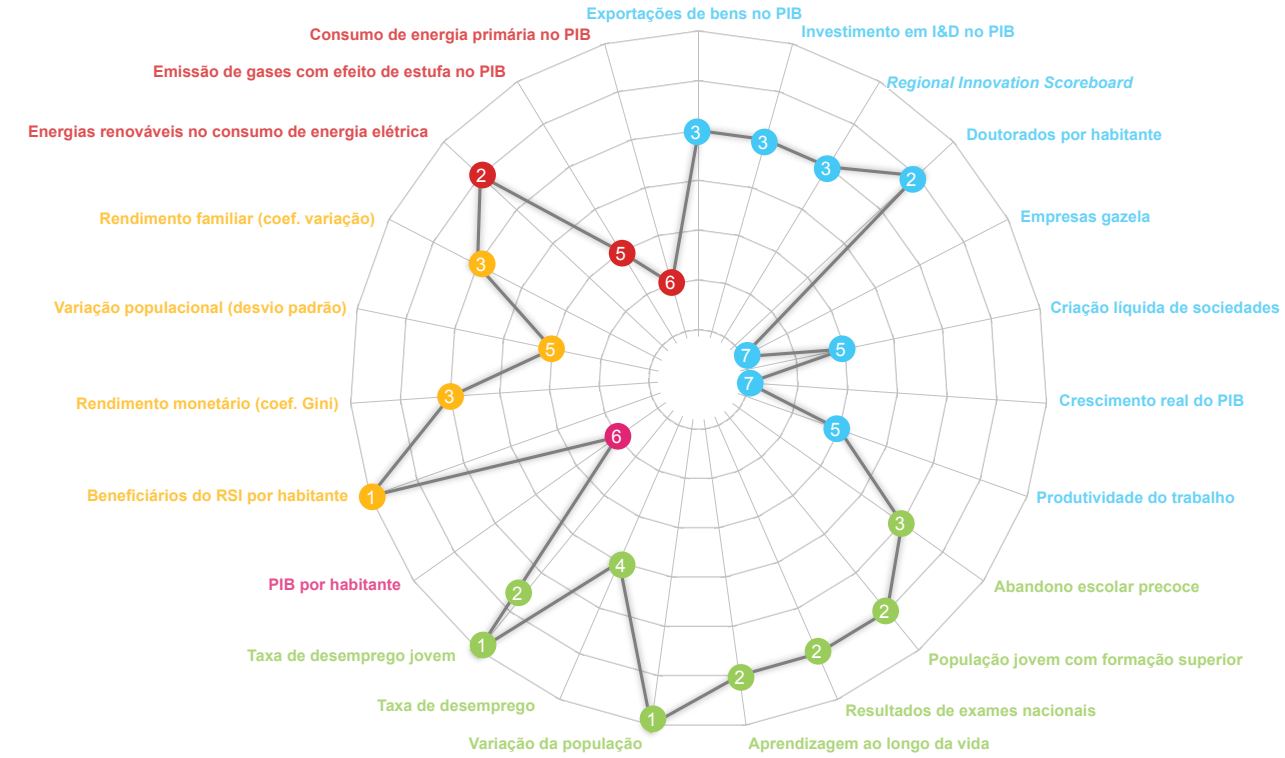
POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (NÚMERO DE INDICADORES EM CADA POSIÇÃO RELATIVA)

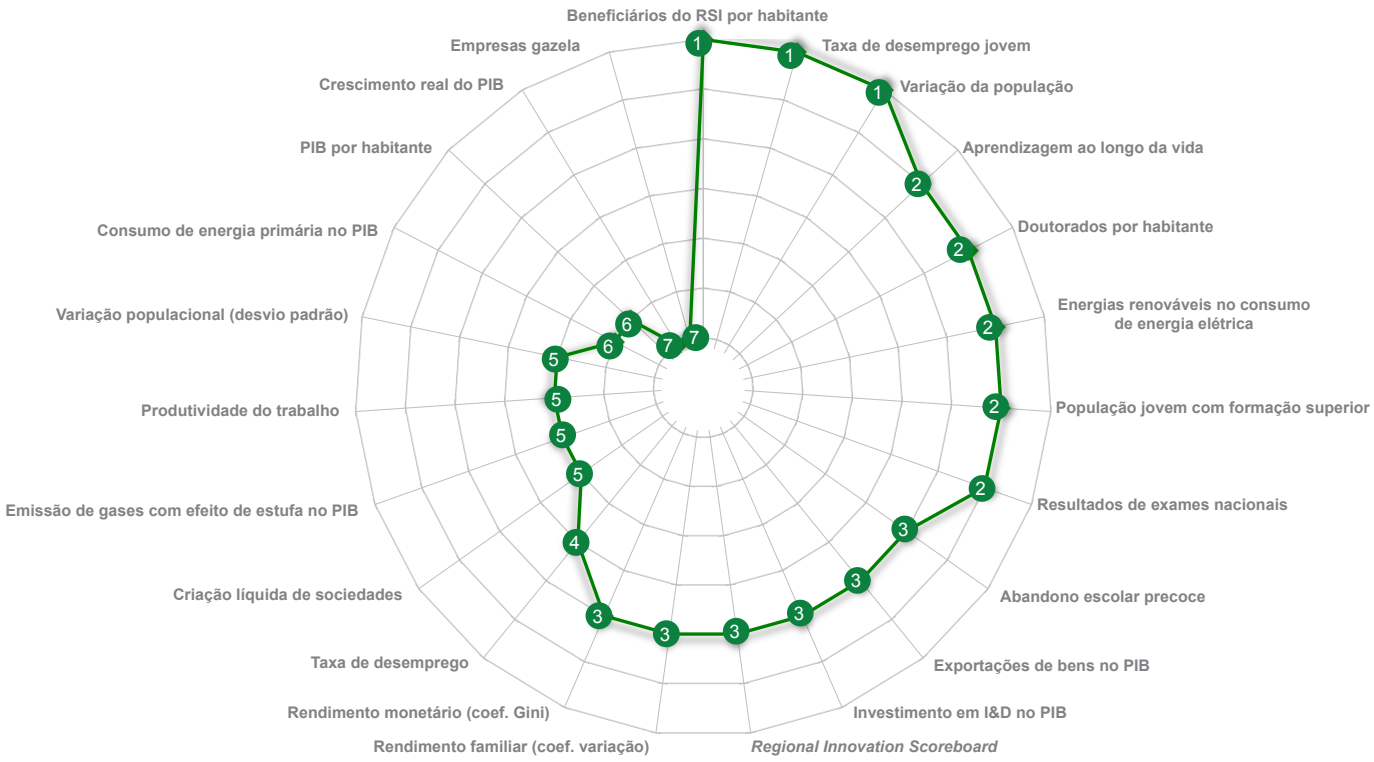


Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

novembro de 2024

INDICADORES SEGUNDO O POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (ORDENAÇÃO POR DIMENSÃO E POR POSIÇÃO RELATIVA)





BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

Indicador global de avaliação

dezembro de 2023

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2023	4,01	3,36	4,57	1,97	5,25	4,75
2022	4,74	4,44	6,09	2,05	4,35	4,77
2021	4,55	4,37	5,13	2,60	4,73	4,99
2020	4,68	3,81	5,73	2,57	5,98	4,87
2019	5,10	4,69	5,94	2,57	6,07	5,07
2018	4,52	3,46	5,83	2,12	5,73	5,03
2017	4,90	4,47	5,79	2,16	5,74	5,09
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	Ponderações do Conselho Regional
Exportações de bens no PIB	6,2	6,1	5,6	5,6	5,6	5,4	6,0	5,6	5,6	5,7	8,7
Crescimento do IDE	1,0	7,0	1,0	1,0	7,0	1,0	4,0	1,0	7,0	1,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,4	5,0	5,6	5,5	5,8	5,4	5,5	5,8	5,2	5,2	8,4
Regional Innovation Scoreboard	4,9	5,5	5,5	6,4	6,4	6,5	6,5	5,4	5,0	5,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	5,6	4,2	4,8	4,4	4,7	4,6	5,2	5,2	5,3	4,8	6,6
Empresas gazela	1,0	3,2	3,9	1,0	1,9	1,3	2,1	3,0	1,0	1,0	7,0
Criação líquida de sociedades	3,4	5,4	4,5	2,3	3,1	4,2	4,9	4,3	4,1	4,9	7,7
Crescimento real do PIB	1,0	1,0	7,0	6,1	5,2	1,6	4,7	5,3	5,0	7,0	8,4
Produtividade do trabalho	2,1	2,3	1,9	2,0	1,9	1,7	1,5	1,3	1,3	1,2	8,4
Abandono escolar precoce	6,2	6,2	7,0	7,0	6,9	7,0	6,9	6,4	7,0	7,0	7,6
População jovem com formação superior	6,1	6,2	1,0	5,0	6,3	6,0	5,1	3,3	4,4	3,9	7,8
Resultados de exames nacionais	5,3	5,3	4,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	5,7	5,0	5,1	5,1	5,6	4,3	4,7	3,8	4,7	5,1	7,6
Variação da população	1,1	7,0	7,0	2,4	2,1	2,4	2,6	5,0	3,5	1,0	7,8
Taxa de desemprego	7,0	6,2	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	1,0	6,5	4,6	6,5	6,7	7,0	7,0	7,0	5,3	5,0	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	8,1
PIB por habitante	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,4	1,5	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	5,9	1,0	1,0	6,9	7,0	7,0	7,0	6,1	6,1	6,1	7,0
Variação populacional (desvio padrão)	2,3	3,5	4,9	3,9	4,2	3,1	3,1	4,3	5,1	6,2	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	6,0	6,2	6,3	6,2	6,2	5,9	5,9	5,9	6,1	6,1	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	4,8	4,6	5,1	4,7	5,0	4,8	4,8	4,8	4,8	6,0	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,2	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	6,8
Consumo de energia primária no PIB	4,3	4,5	4,6	4,7	5,0	5,0	5,2	5,2	5,3	4,5	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	2ª	2ª	1ª	7ª	4ª	1ª
CENTRO	**3ª**	**4ª**	**3ª**	**6ª**	**5ª**	**6ª**
AM Lisboa	1ª	1ª	2ª	1ª	1ª	4ª
Alentejo	5ª	3ª	6ª	4ª	2ª	7ª
Algarve	4ª	6ª	4ª	2ª	3ª	2ª
Açores	7ª	5ª	5ª	5ª	7ª	5ª
Madeira	6ª	7ª	7ª	3ª	6ª	3ª

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

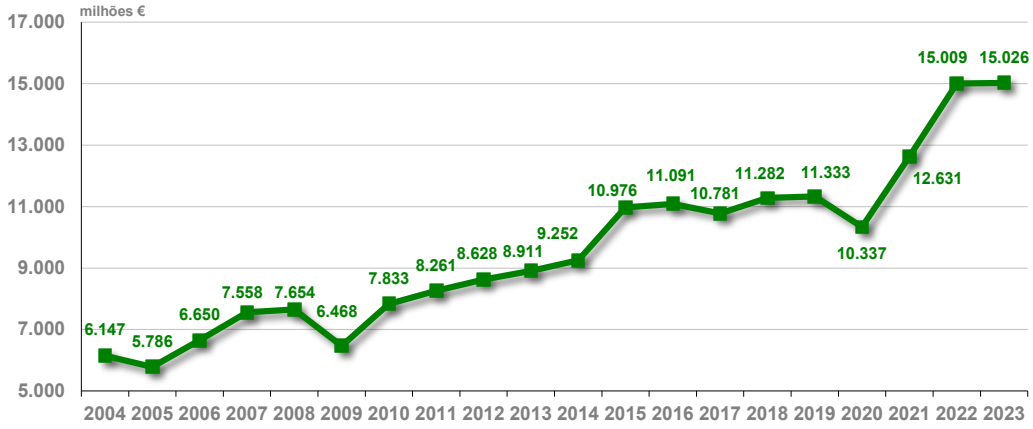
Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.

BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

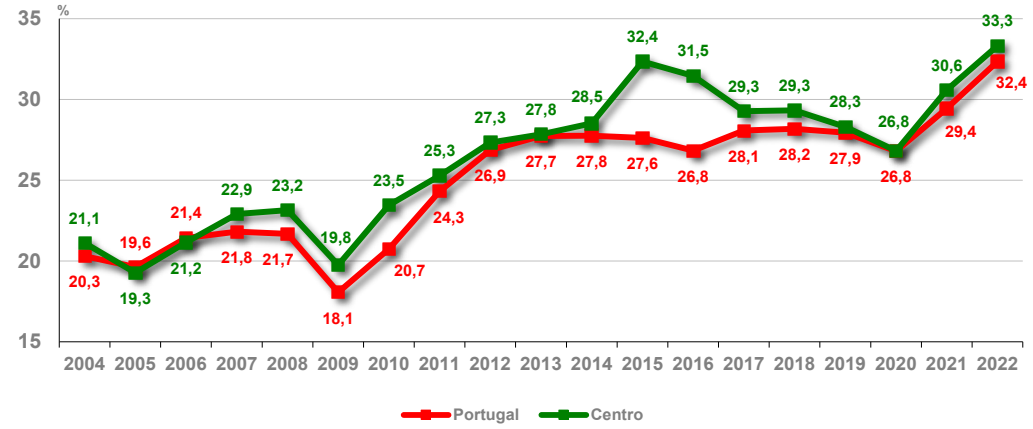
FICHAS DE ANÁLISE

Exportações de bens

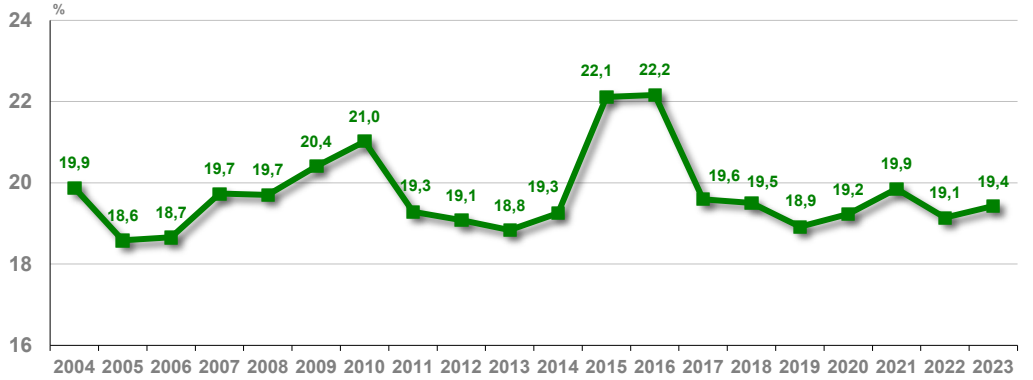
Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2023



Peso das exportações de bens no PIB na Região Centro entre 2004 e 2022

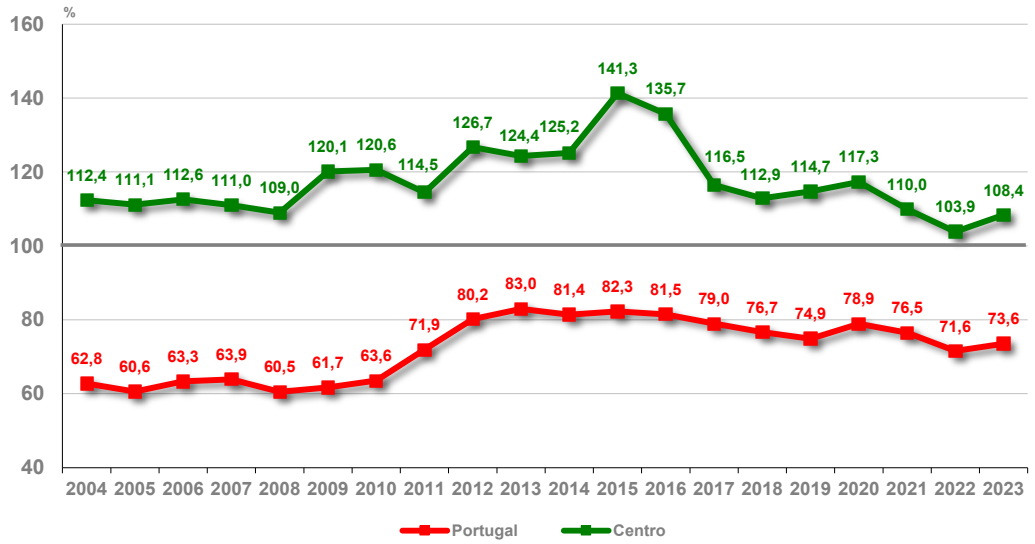


Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2023

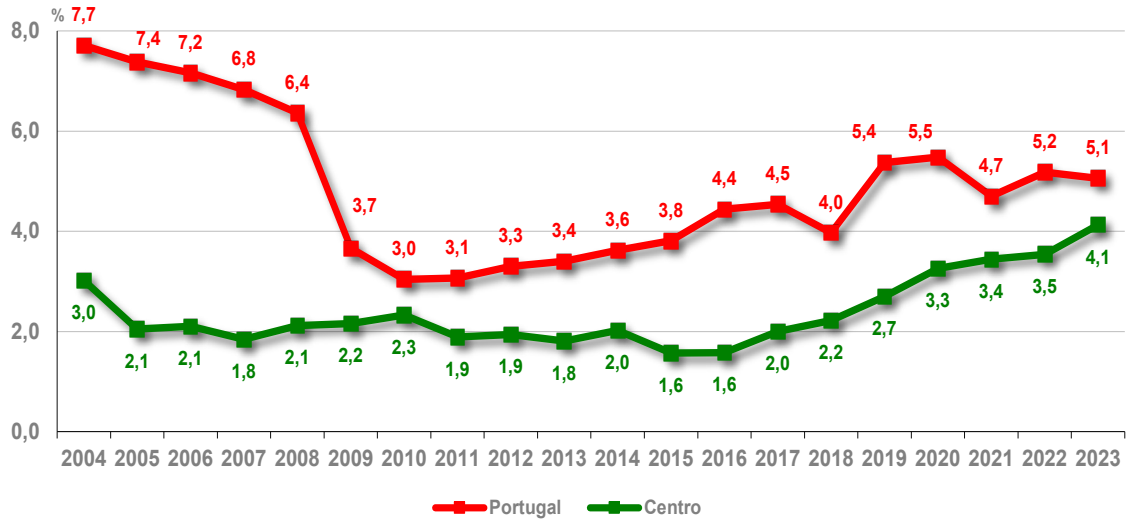


Exportações de bens

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2023



Proporção de bens de alta tecnologia em exportações na Região Centro entre 2004 e 2023



Exportações de bens

Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2023 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2022 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2023 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2023 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2023 (%)
Portugal	**77.340**	**32,4**	**100,0**	**73,6**	**5,1**
Norte	27.137	37,8	35,1	112,9	4,9
CENTRO	**15.026**	**33,3**	**19,4**	**108,4**	**4,1**
AM Lisboa	21.627	27,2	28,0	44,3	5,2
Alentejo	5.136	37,4	6,6	132,1	1,8
Algarve	293	2,9	0,4	53,3	5,2
Açores	151	3,2	0,2	62,5	0,4
Madeira	351	5,7	0,5	128,3	8,3

Em 2023, as exportações de bens da Região Centro cifravam-se em 15 mil milhões de euros, valor semelhante ao registado em 2022. Depois de, em 2020, primeiro ano da pandemia por COVID-19, as exportações de bens terem recuado para valores inferiores aos verificados em 2015, conseguiram rapidamente recuperar e, em 2023, voltaram a crescer ligeiramente, atingido o valor mais elevado desde 2004. As exportações regionais de bens representavam 19,4% do total do país, tendo o Centro aumentado a sua importância no cômputo nacional. Na região, as exportações de bens continuaram a superar as importações, tendo a taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens aumentado para os 108,4%, mais 4,5 pontos percentuais do que no ano anterior. A taxa de cobertura nacional foi de 73,6%, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha a verificar desde 2020. O peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional aumentou, em 2022, para os 33,3%, o valor mais elevado desde 2004 e acima da média nacional de 32,4%. Em 2023, a importância das exportações de bens de alta tecnologia da Região Centro atingiu os 4,1%, prosseguindo a tendência crescente observada há sete anos e atingindo o valor mais elevado da série. A região aproximou-se, assim, da média nacional, que diminuiu ligeiramente para 5,1%.

Fonte: INE (exportações/importações - dados anuais definitivos de 2004 a 2023, disponibilizados em setembro de 2024 e extraídos pela CCDRC em outubro de 2024; PIB - dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.

2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente "Extra-Regio".

Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

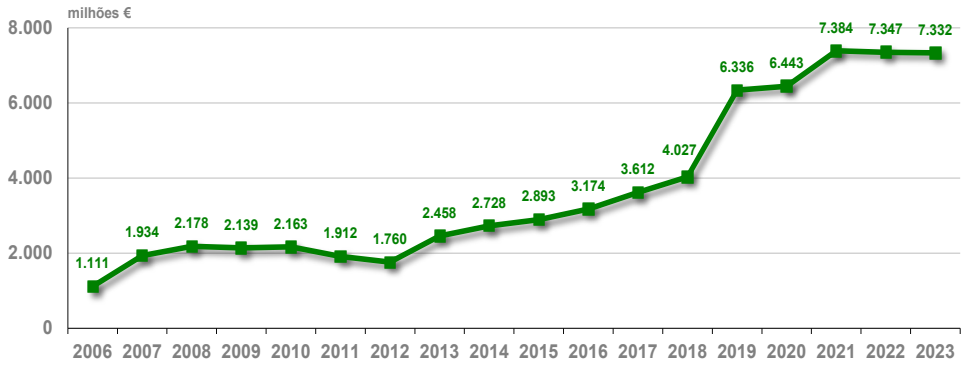
Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

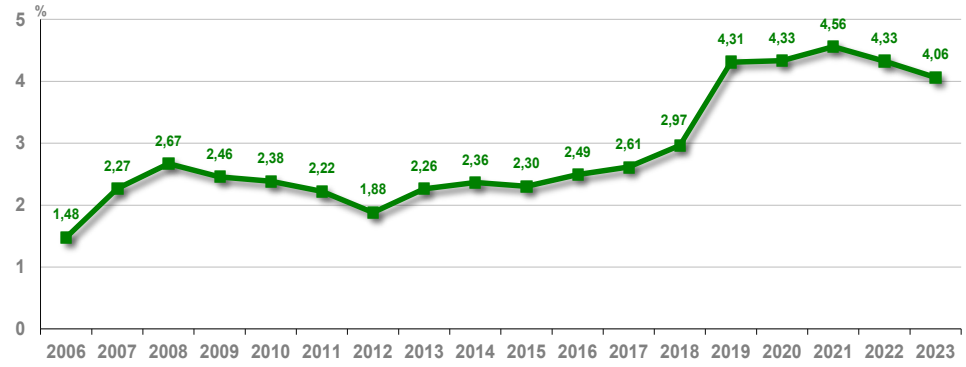
PIB – Produto Interno Bruto

Investimento direto estrangeiro

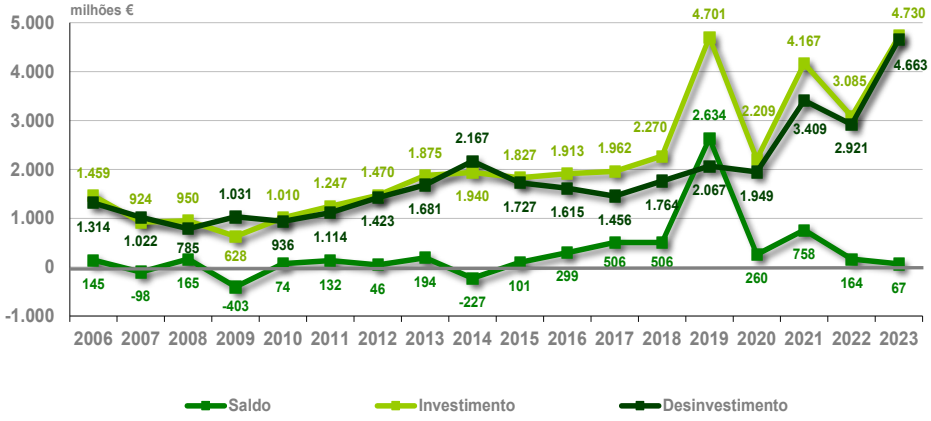
Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2023 (posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2023 (posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2023 (transações)



Investimento direto estrangeiro

Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)
2023	7.332	-0,20	4,06	180.411	6,24
2022	7.347	-0,50	4,33	169.808	4,85
2021	7.384	14,60	4,56	161.954	8,91
2020	6.443	1,69	4,33	148.704	1,16
2019	6.336	57,34	4,31	146.993	8,24
2018	4.027	11,47	2,97	135.806	-1,70
2017	3.612	13,80	2,61	138.152	8,56
2016	3.174	9,75	2,49	127.260	1,39
2015	2.893	6,04	2,30	125.515	8,80
2014	2.728	10,99	2,36	115.366	6,32
2013	2.458	39,67	2,26	108.512	16,12
2012	1.760	-7,98	1,88	93.451	8,65
2011	1.912	-11,61	2,22	86.013	-5,20
2010	2.163	1,15	2,38	90.734	4,23
2009	2.139	-1,81	2,46	87.049	6,74
2008	2.178	12,64	2,67	81.555	-4,34
2007	1.934	74,10	2,27	85.256	13,54
2006	1.111	-	1,48	75.088	-

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento
	milhões €			milhões €					
2023	67	4.730	4.663	6.752	60.165	53.413	1,0	7,9	8,7
2022	164	3.085	2.921	7.998	55.636	47.638	2,1	5,5	6,1
2021	758	4.167	3.409	8.135	49.591	41.456	9,3	8,4	8,2
2020	260	2.209	1.949	6.878	53.004	46.126	3,8	4,2	4,2
2019	2.634	4.701	2.067	11.041	56.015	44.973	23,9	8,4	4,6
2018	506	2.270	1.764	6.025	38.287	32.262	8,4	5,9	5,5
2017	506	1.962	1.456	6.862	36.551	29.688	7,4	5,4	4,9
2016	299	1.913	1.615	4.577	36.099	31.522	6,5	5,3	5,1
2015	101	1.827	1.727	6.877	48.604	41.727	1,5	3,8	4,1
2014	-227	1.940	2.167	3.686	51.342	47.655	-6,2	3,8	4,5
2013	194	1.875	1.681	6.360	41.906	35.546	3,0	4,5	4,7
2012	46	1.470	1.423	6.404	47.814	41.410	0,7	3,1	3,4
2011	132	1.247	1.114	5.343	39.004	33.660	2,5	3,2	3,3
2010	74	1.010	936	2.199	44.240	42.042	3,4	2,3	2,2
2009	-403	628	1.031	1.160	29.947	28.787	-34,8	2,1	3,6
2008	165	950	785	2.423	29.340	26.916	6,8	3,2	2,9
2007	-98	924	1.022	2.048	26.005	23.957	-4,8	3,6	4,3
2006	145	1.459	1.314	8.583	32.980	24.396	1,7	4,4	5,4

Investimento direto estrangeiro

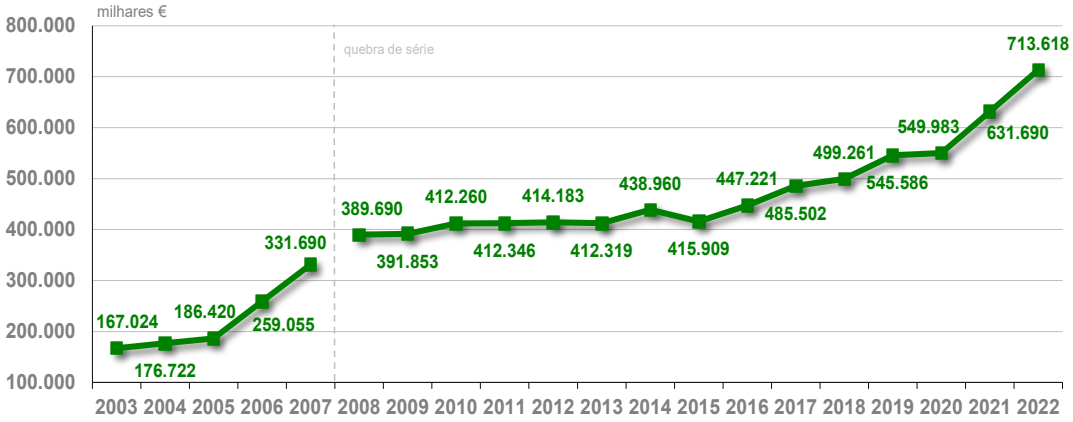
Em 2023, a posição de IDE na Região Centro diminuiu ligeiramente (-0,2%), cifrando-se em 7,3 mil milhões de euros. Este valor corresponde a 4,06% do IDE recebido pela economia nacional, abaixo dos valores registados desde 2019. Na Região Centro, de 2012 a 2021, verificou-se um crescimento sustentado da posição de IDE, com um expressivo aumento em 2019 (57,3%) e em 2021 (14,6%), estando a posição de IDE relativamente estabilizada desde então.

As transações de IDE na região, em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro), apresentaram um comportamento oscilatório, designadamente desde 2018. O valor máximo líquido de IDE captado pela região ocorreu em 2019 (2,6 mil milhões de euros), tendo os desempenhos recentes sido positivos, mas com valores significativamente inferiores. Em 2023, o fluxo líquido de IDE na Região Centro foi de 67 milhões de euros, representando apenas 1,0% do saldo nacional, traduzindo uma redução na dinâmica regional de captação líquida de investimento estrangeiro face ao que se verificou em anos anteriores.

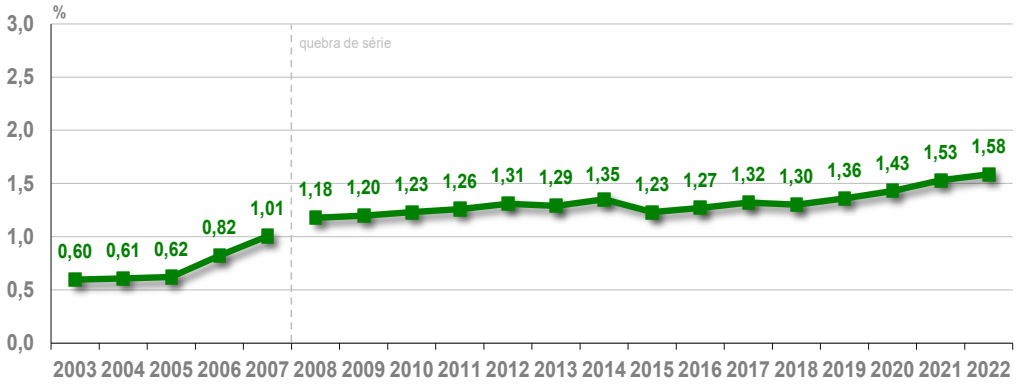
Fonte: Banco de Portugal (dados anuais não publicados recebidos pela CCDRC; informação disponível a 14 de maio de 2024).
Notas:
1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
3) Os dados de 2017 a 2022 foram revistos no âmbito da política de revisões do Banco de Portugal.
Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.
Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.
IDE – Investimento Direto Estrangeiro

Investimento em I&D

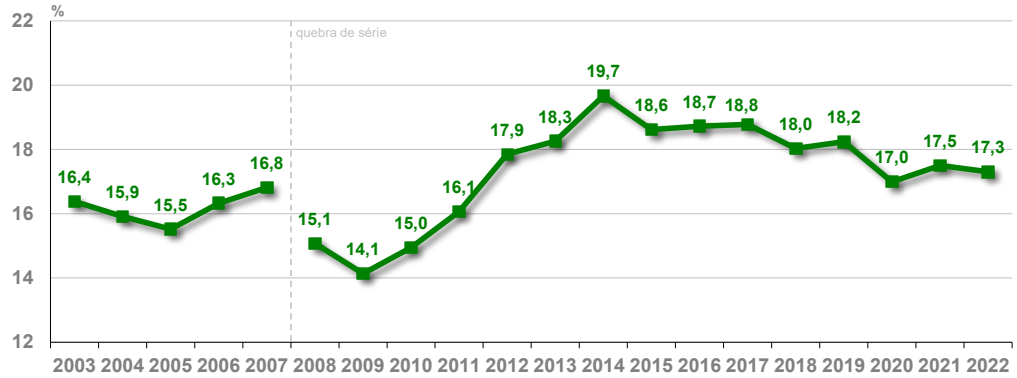
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2022



Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2022

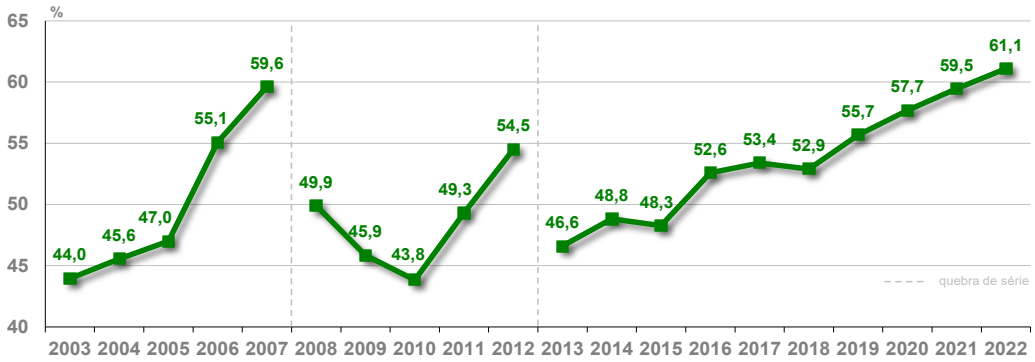


Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2022

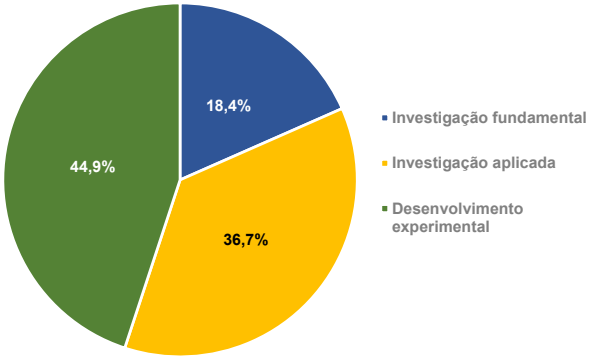


Investimento em I&D

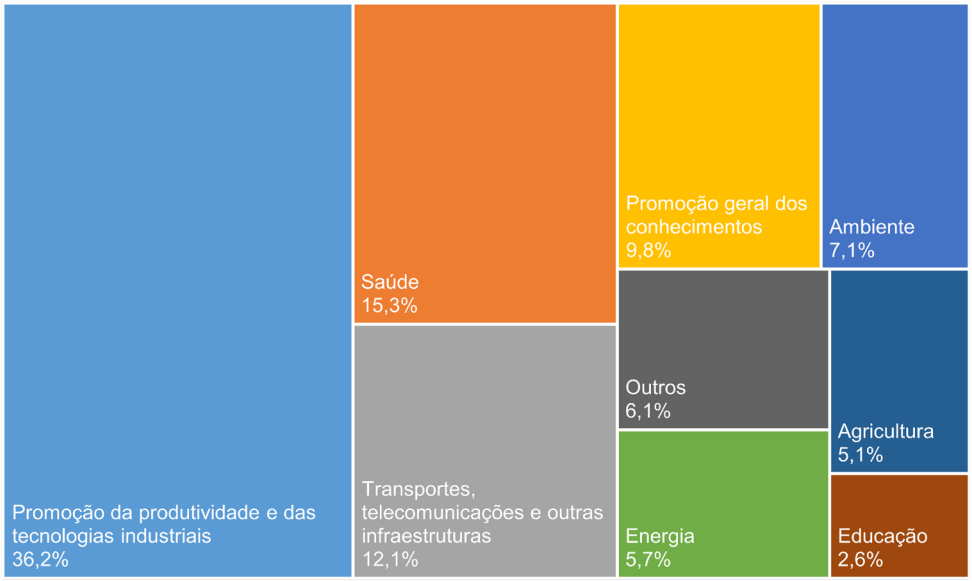
Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro entre 2003 e 2022



Investimento em I&D na Região Centro por tipo, em 2022



Investimento em I&D na Região Centro por objetivo socioeconómico, em 2022



Investimento em I&D

Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2022 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2022 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2022 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2022 (%)	Proporção do investimento em I&D em desenvolvimento experimental, 2022 (%)	Proporção do investimento em I&D na promoção da produtividade e das tecnologias industriais, 2022 (%)
Portugal	**4.124.124**	**1,70**	**100,0**	**64,6**	**44,6**	**29,4**
Norte	1.432.907	1,99	34,7	65,8	43,7	34,4
CENTRO	**713.618**	**1,58**	**17,3**	**61,1**	**44,9**	**36,2**
AM Lisboa	1.752.335	2,01	42,5	65,9	45,7	23,1
Alentejo	123.328	0,81	3,0	68,2	51,2	31,9
Algarve	54.619	0,47	1,3	49,3	32,8	22,6
Açores	23.413	0,46	0,6	28,3	18,7	6,3
Madeira	23.905	0,40	0,6	51,4	23,0	21,5

Em 2022, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era aproximadamente de 714 milhões de euros, traduzindo um forte acréscimo face a 2021 (13,0%), apesar de inferior à variação nacional (de 14,3%). Este valor regional representava 17,3% do total da despesa em I&D do país, tendo o Centro reduzido ligeiramente a sua importância no total nacional. A proporção de despesa regional de I&D no produto interno bruto (PIB) aumentou na região para 1,58%, o valor mais elevado desde o início da série, mas ainda inferior à média do país (1,70%). A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado aumentou para os 61,1% (mais 1,6 pontos percentuais do que no ano anterior), mas manteve-se abaixo da média nacional de 64,6%. O investimento em I&D na Região Centro concentrou-se, maioritariamente, em atividades de desenvolvimento experimental, traduzindo um peso de 44,9% no total da região, superior ao registado a nível nacional (44,6%). No Centro, a maioria do investimento em I&D teve como objetivo a promoção da produtividade e das tecnologias industriais (36,2%, a quota regional mais elevada e bastante acima da média nacional de 29,4%), seguido da saúde (15,3%) e dos transportes, telecomunicações e outras infraestruturas (12,1%), que, em conjunto, concentravam 63,6% do total.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (I&D - dados anuais de 2022, disponibilizados em dezembro de 2023 e extraídos pela CCDRC em junho de 2024) e INE (I&D - dados anuais até 2021, disponibilizados e extraídos em junho de 2024; PIB – dados anuais definitivos de 2003 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.

2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.

3) Quando se analisa a despesa em I&D por setor de execução, há que considerar que em 2013 ocorreu uma nova quebra de série devido à reclassificação setorial de algumas Instituições Privadas sem fins Lucrativos no setor do Ensino Superior.

Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D do setor privado = Despesa em I&D executada pelas empresas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos/Despesa em I&D total x 100

I&D – Investigação e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

Investigação fundamental – Categoria de atividade de Investigação e Desenvolvimento que consiste em trabalhos, experimentais ou teóricos, empreendidos com a finalidade de obtenção de novos conhecimentos científicos sobre os fundamentos de fenómenos e factos observáveis, sem objetivo específico de aplicação prática.

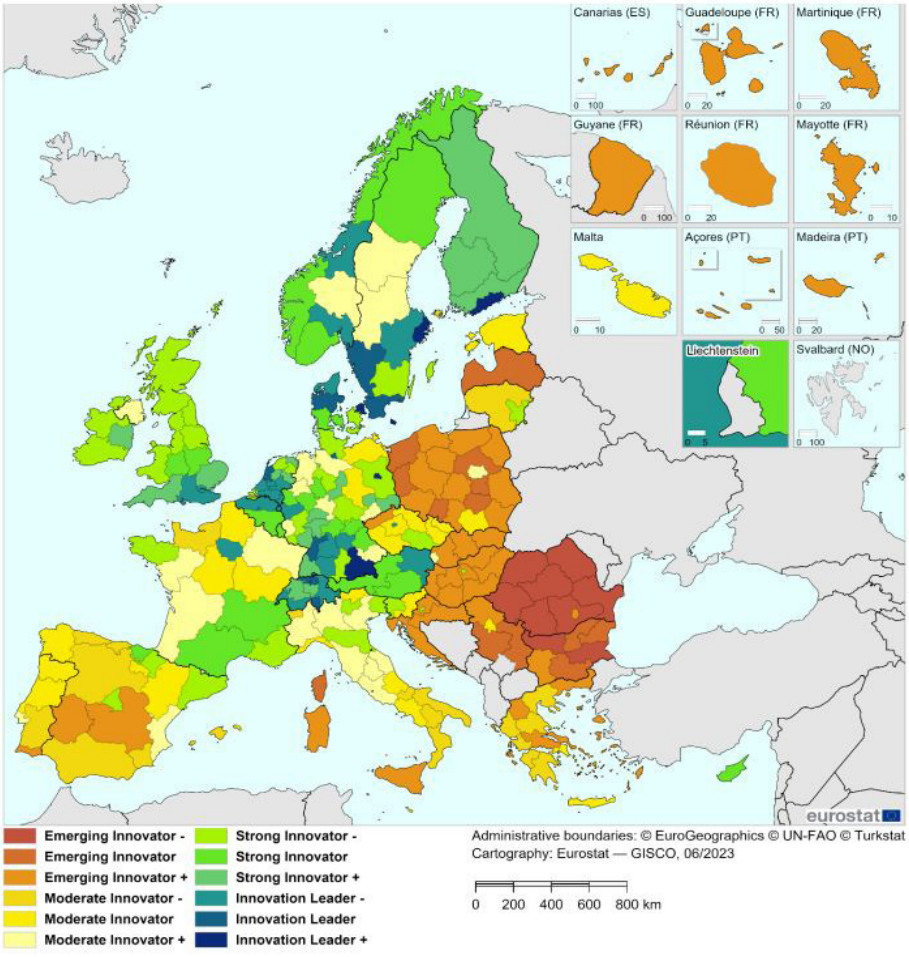
Investigação aplicada – Atividade de Investigação e Desenvolvimento que consiste em trabalhos originais efetuados com vista à aquisição de novos conhecimentos, com uma finalidade ou objetivo pré-determinados.

Desenvolvimento experimental – Atividade de Investigação e Desenvolvimento que consiste na utilização sistemática de conhecimentos existentes, obtidos através de investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, à instalação de novos processos, sistemas ou serviços, ou à melhoria substancial dos já existentes.

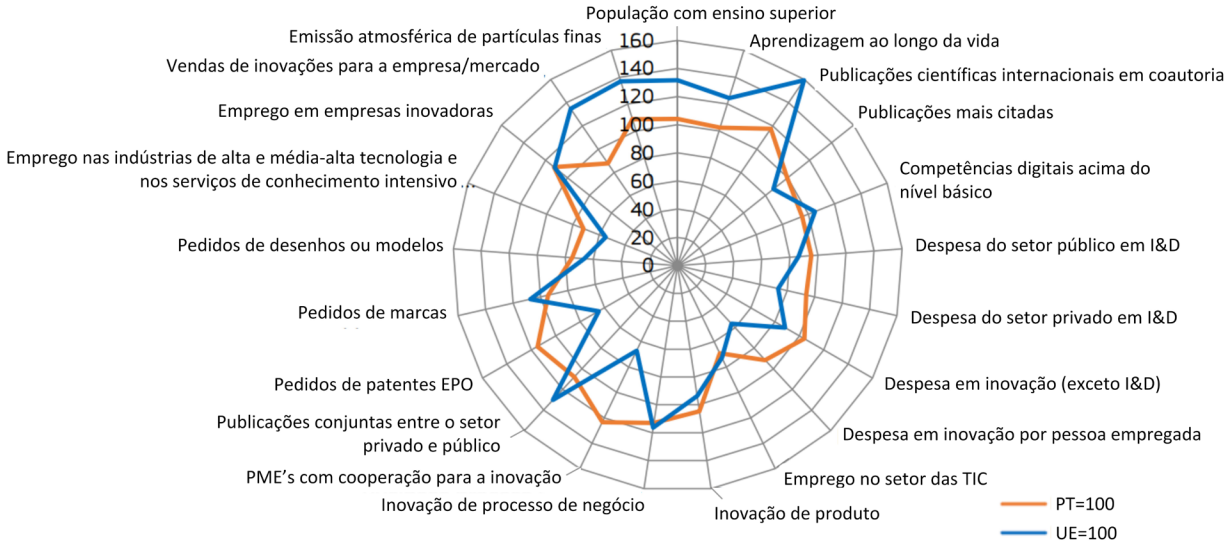
Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2023 em Portugal

	Regional Innovation Scoreboard 2023		
	Categoria	% média europeia	Posição (239 regiões)
Portugal	**Inovador moderado**	**85,6**	**-**
Norte	Inovador moderado	85,9	143
CENTRO	**Inovador moderado**	**84,6**	**145**
AM Lisboa	Inovador moderado +	99,8	107
Alentejo	Inovador moderado -	70,1	175
Algarve	Inovador emergente +	67,6	182
Açores	Inovador emergente +	55,6	214
Madeira	Inovador emergente +	61,6	194

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2023 na União Europeia

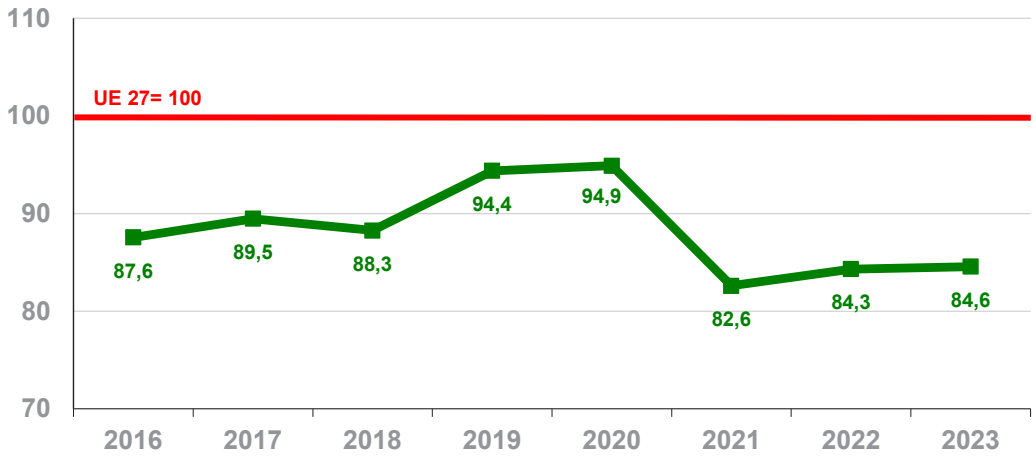


Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do *Regional Innovation Scoreboard* 2023

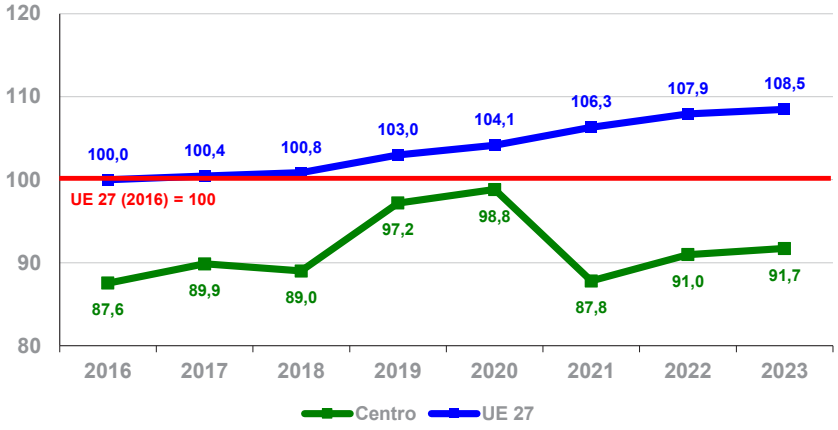


(gráfico traduzido a partir do documento anexo ao relatório principal "Perfis regionais – Portugal")

Desempenho da Região Centro face à média da União Europeia no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2016 e 2023



Desempenho da Região Centro e da União Europeia face à média europeia em 2016 no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2016 e 2023



Na edição de 2023 do *Regional Innovation Scoreboard*, a Região Centro foi classificada como inovadora moderada (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), igualando a classificação do País. O Centro melhorou o seu desempenho (na edição anterior tinha sido classificada como inovadora moderada -, significando que pertencia ao terço inferior desta categoria, tendo, agora, progredido para o terço médio da categoria), mas continua a posicionar-se abaixo da média da União Europeia (84,6%). No total das 239 regiões europeias ocupava a 145.ª posição e, no grupo das 69 regiões inovadoras moderadas (liderado pela Área Metropolitana de Lisboa), encontrava-se na 39.ª posição. Todas as regiões portuguesas melhoraram o seu desempenho face à média europeia nesta edição do estudo, progredindo nos respetivos grupos de desempenho.

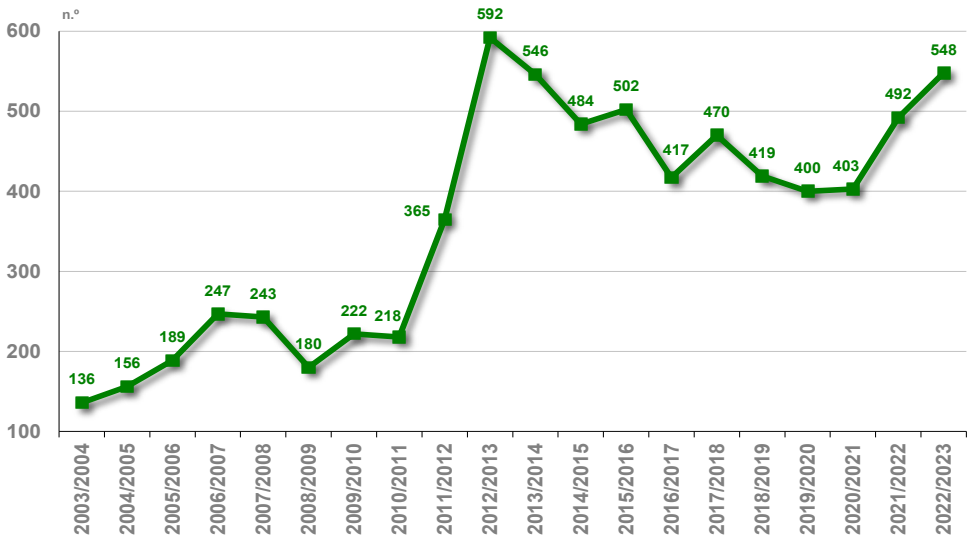
Para o posicionamento do Centro contribuiu, por um lado, o seu bom desempenho relativo em variáveis como as publicações científicas internacionais em coautoria, as emissões atmosféricas de partículas finas, a população com ensino superior, a aprendizagem ao longo da vida, as vendas de inovações para a empresa/mercado, as publicações conjuntas entre o setor público e privado ou a proporção de PME's com inovação de produto (em que a região se posicionou acima da média europeia) e, por outro lado, o seu desempenho relativo menos favorável em termos de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo ou de despesa em inovação por pessoa empregada (variáveis em que a região assumia valores abaixo de 60% da média europeia).

Tendo por referência os níveis médios europeus de inovação em 2016 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verificou-se que o desempenho da Região Centro melhorou desde 2016 até 2020, piorou bastante em 2021 (o que poderá ser justificado pela pior performance relativa da região nos indicadores referentes à propriedade industrial e à inovação empresarial), tendo voltado a recuperar em 2022 e 2023. Este comportamento regional também se verificou quando se avalia o nível médio europeu de inovação em cada ano.

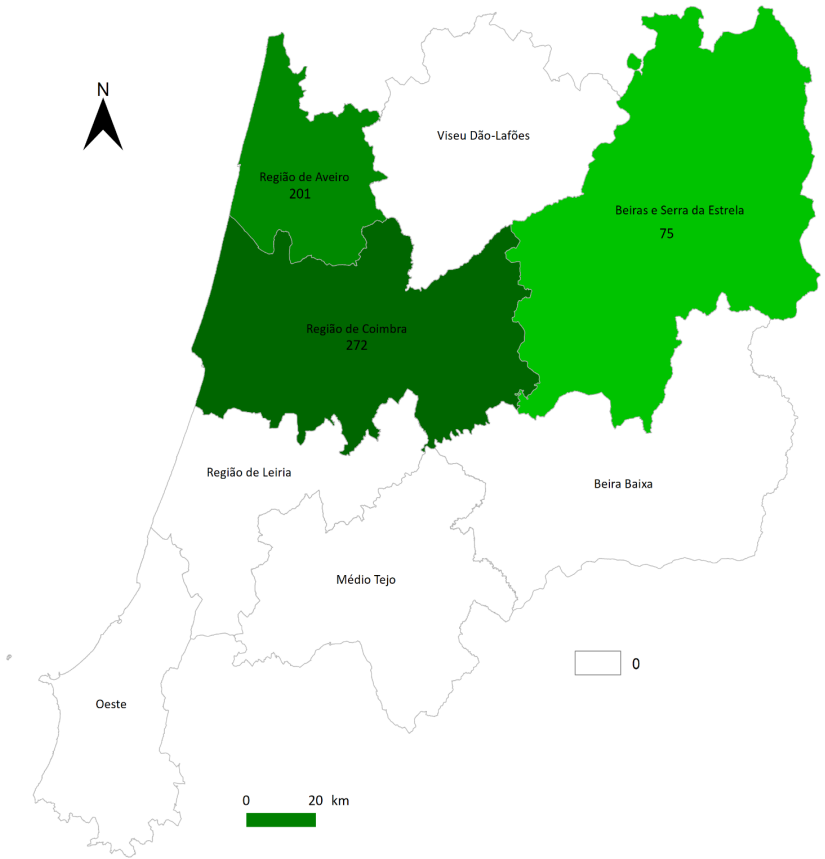
Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* 2023 (dados extraídos da publicação e da respetiva base de dados).
Nota: O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador compósito produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho dos sistemas de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 239 regiões de 22 estados-membros da União Europeia, bem como da Noruega, da Sérvia, da Suíça e do Reino Unido, classificando-as em quatro grupos: líderes da inovação regional ("*innovation leader*"; desempenho regional acima de 125% da média europeia), fortes inovadores regionais ("*strong innovator*"; desempenho regional entre 100% e 125% da média europeia), inovadores moderados ("*moderate innovator*"; desempenho regional entre 70% e 100% da média europeia) e inovadores emergentes ("*emerging innovator*"; desempenho regional abaixo de 70% da média europeia). Cada um destes grupos de desempenho é ainda dividido em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um "+"), no terço médio e no terço inferior (assinaladas com um "-"). As regiões mais inovadoras serão líderes + e as menos inovadoras serão emergentes -.
I&D – Investigação e desenvolvimento
PME – Pequena e média empresa
UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)

Doutorados

Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2003/2004 e 2022/2023

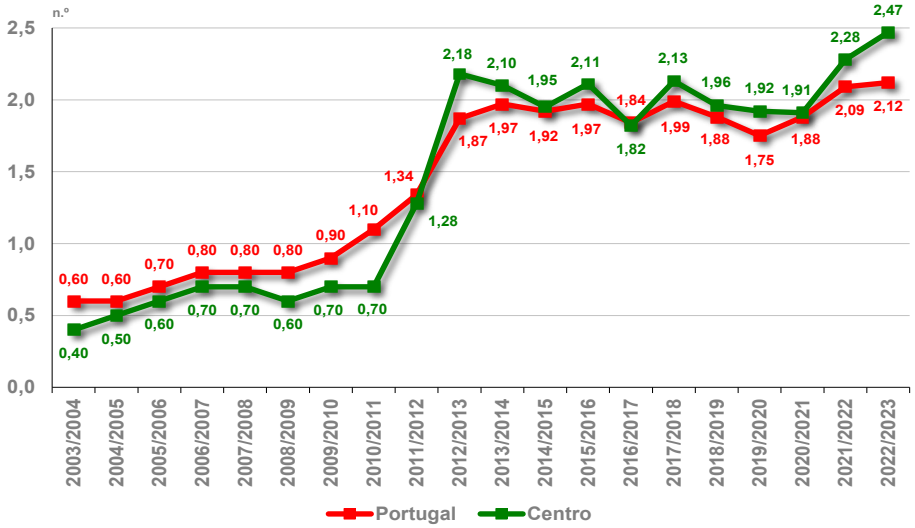


Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2022/2023



Doutorados

Doutorados por 1.000 habitantes (25-34 anos) por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2003/2004 e 2022/2023



Posicionamento da Região Centro

	Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior, 2022/2023		
	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	**2.398**	**100,0**	**2,12**
Norte	764	31,9	1,92
CENTRO	**548**	**22,9**	**2,47**
AM Lisboa	965	40,2	2,84
Alentejo	61	2,5	0,88
Algarve	34	1,4	0,69
Açores	17	0,7	0,57
Madeira	9	0,4	0,35

No ano letivo 2022/2023, foram concluídos 548 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 22,9% do total do país. Face ao ano anterior, registou-se um aumento de 11,4%, sendo o ano letivo com o maior número de doutoramentos concluídos dos últimos dez anos. Em termos sub-regionais, foram concluídos doutoramentos na Região de Coimbra, na Região de Aveiro e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região: Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, respetivamente. Nas três sub-regiões ocorreu um acréscimo do número de doutorados face ao ano anterior, no entanto, foi nas Beiras e Serra da Estrela que se registou o aumento mais significativo (17,2%). Em 2022/2023, o número de doutorados por 1.000 habitantes com idade entre 25 e 34 anos da região aumentou para 2,47, situando-se acima da média nacional de 2,12 doutorados por 1.000 habitantes. A seguir à Área Metropolitana de Lisboa, o Centro era a região portuguesa com mais doutorados por cada 1.000 habitantes.

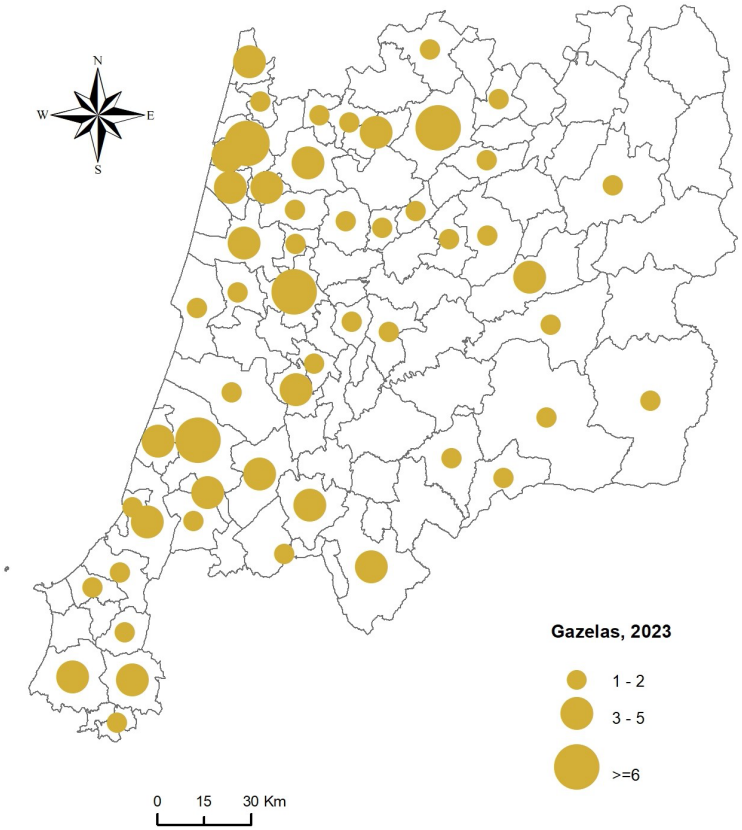
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2024).
Notas:
1) Os dados não incluem os reconhecimentos de doutoramentos realizados no estrangeiro.
2) A localização geográfica corresponde à localização do estabelecimento de ensino.
Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

Emprezas gazela

Distribuição das 135 empresas gazela de 2023 na Região Centro por atividade económica

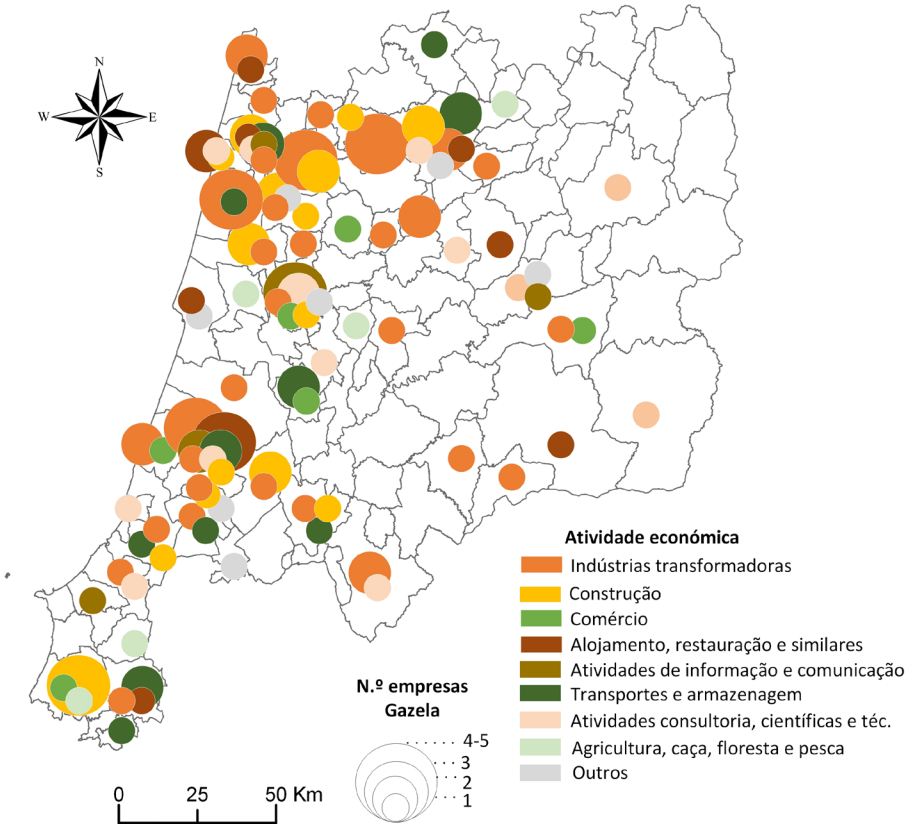
Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5	3,7
Alojamento, restauração e similares	12	8,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3	2,2
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0	0,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14	10,4
Atividades de informação e de comunicação	8	5,9
Atividades de saúde humana e apoio social	3	2,2
Atividades imobiliárias	0	0,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	10	7,4
Construção	25	18,5
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,7
Indústrias extrativas	0	0,0
Indústrias transformadoras	41	30,4
Transportes e armazenagem	13	9,6
Outras atividades	0	0,0
TOTAL	**135**	**100,0**

Distribuição geográfica das 135 empresas gazela de 2023 na Região Centro



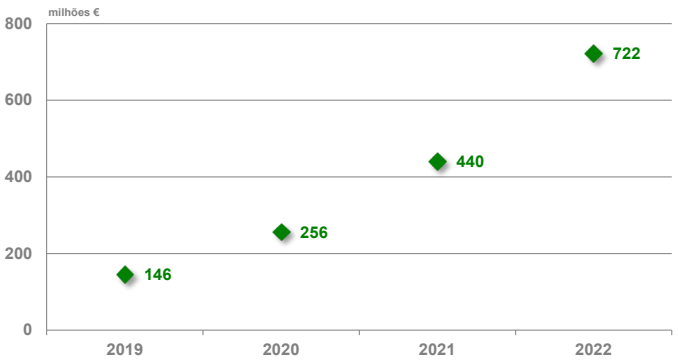
Emprezas gazela

Distribuição geográfica das 135 empresas gazela de 2023 na Região Centro por atividade económica

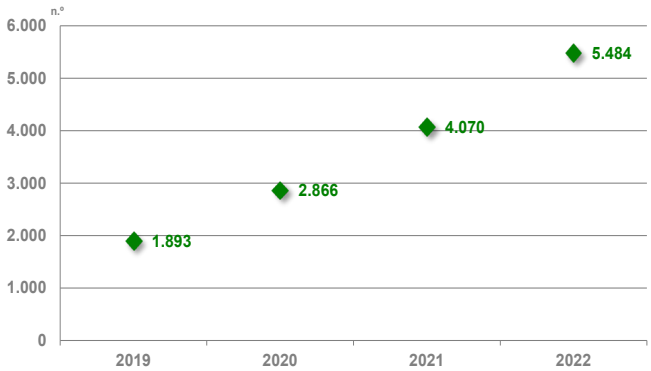


Evolução do volume de negócios e do emprego das 135 empresas gazela de 2023 na Região Centro

Volume de negócios

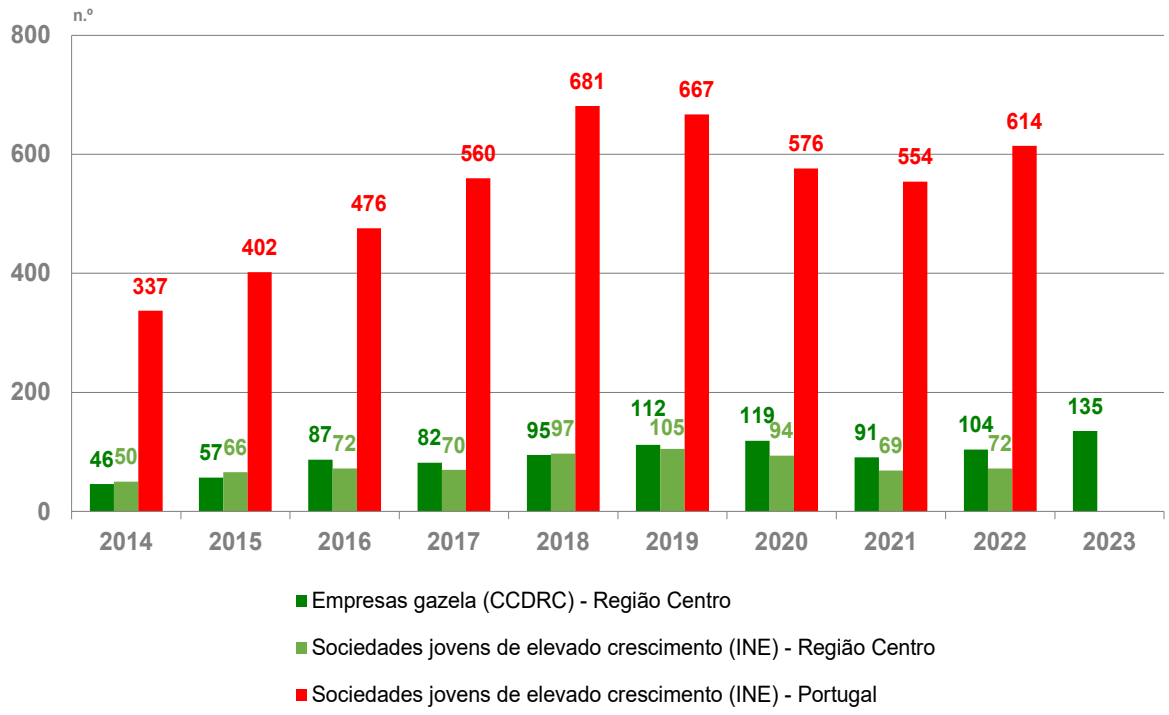


Emprego



Emprezas gazela

Empresas gazela e sociedades jovens de elevado crescimento entre 2014 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2022		
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	**614**	**100,0**	**1,16**
Norte	231	37,6	1,15
CENTRO	**72**	**11,7**	**0,69**
AM Lisboa	214	34,9	1,48
Alentejo	31	5,0	1,04
Algarve	37	6,0	1,38
Açores	13	2,1	1,31
Madeira	16	2,6	1,34

Emprezas gazela

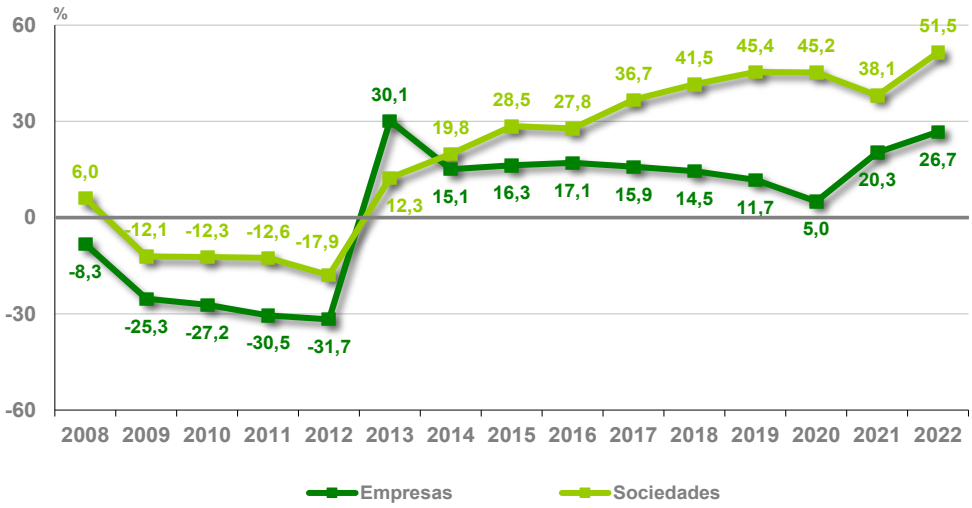
Segundo o estudo anual realizado pela CCDRC, I.P., na Região Centro, em 2023, existiam 135 empresas gazela, mais 31 empresas do que no ano anterior, tendo-se atingido o maior número dos últimos 12 anos. Este acréscimo correspondeu também ao maior aumento anual absoluto de empresas gazela desde 2012 e traduz uma aceleração da atividade económica das empresas da região. As 135 empresas gazela encontravam-se repartidas por 53 dos 100 municípios da região, sendo este o maior número de municípios com empresas gazela de toda a série, o que mostra uma crescente disseminação pelo território. Leiria era o município com mais empresas gazela (13), seguido pelos municípios de Coimbra e Viseu (ambos com nove), Aveiro (oito), Águeda e Torres Vedras (com cinco empresas cada). Relativamente às sub-regiões, destacaram-se a Região de Aveiro (31), Região de Leiria (25), Região de Coimbra (21), Viseu Dão Lafões (19) e Oeste (18). Deste modo, a maioria das empresas gazela (70%) continuavam concentradas nas quatro sub-regiões do litoral da Região Centro, o que decorre de uma maior densidade de empresas e de uma maior dinamização empresarial nesses territórios. Nas atividades económicas destas empresas, continuaram a destacar-se a indústria transformadora (30%) e a construção (19%), que concentravam cerca de metade das empresas gazela da região. O seu volume de negócios cresceu de 146 para 722 milhões de euros entre 2019 e 2022. Estas empresas apresentaram ainda um elevado potencial para gerar novos de postos de trabalho, quase triplicando a quantidade de pessoas ao serviço entre 2019 e 2022 (passaram de 1.893 para 5.484 trabalhadores) e atingindo uma média de 41 pessoas ao serviço por empresa.

De acordo com a informação do INE, em 2022, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 72, observando-se um aumento de três empresas face ao ano precedente. Ainda assim, a sua importância no cômputo nacional diminuiu, tendo passado a corresponder a 11,7% do total do país. Na região, estas sociedades representavam 0,69% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas, um peso que se manteve inalterado face ao ano anterior, mas que era inferior à média nacional e o mais baixo das sete regiões portuguesas.

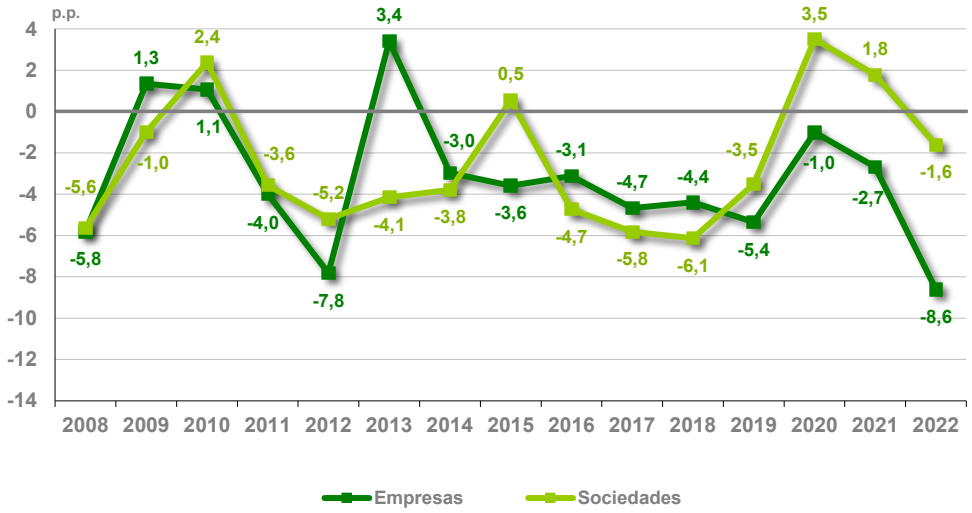
Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir de Iberinform, Crédito y Caución (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2023); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais extraídos da publicação "Empresas em Portugal – 2022", relativos a empresas não financeiras).
Nota: O estudo «Empresas Gazela 2023», elaborado pela CCDRC, encontra-se disponível em:
https://www.ccdrc.pt/pt/produto/empresas-gazela-2023/
Empresa gazela: O conceito de empresa «gazela» assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens (idade igual ou inferior a cinco anos no início do período de observação) e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDRC, com base em informação económica disponível para 2022, as empresas que cumulativamente: tinham sede na Região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20,0% ao ano em 2020, 2021 e 2022; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2022; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2022 e foram constituídas entre 2014 e 2019.
Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).

Criação líquida de empresas

Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2008 e 2022

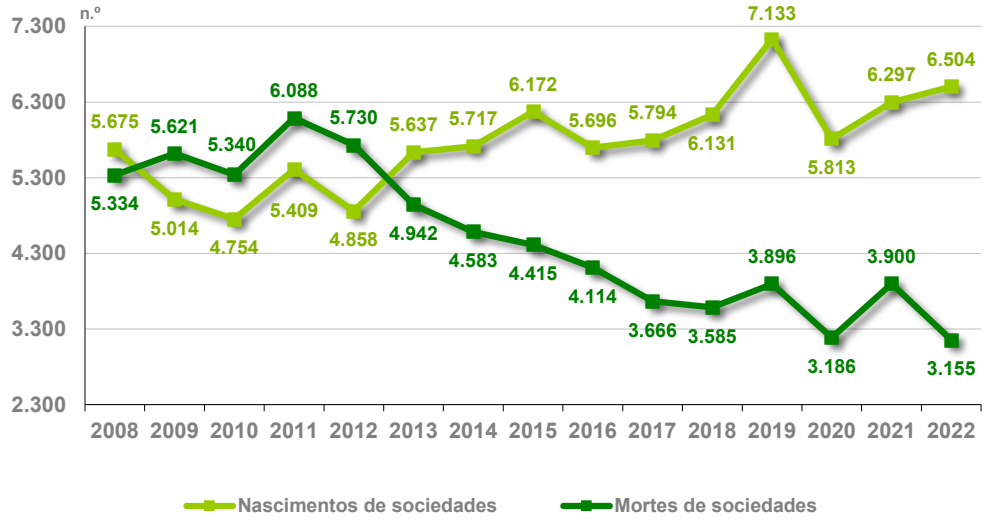


Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2008 e 2022



Criação líquida de empresas

Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2008 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Taxa líquida de criação de empresas, 2022		Nascimentos de empresas, 2022		Mortes de empresas, 2022	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	**35,3**	**0,0**	**231.065**	**100,0**	**149.459**	**100,0**
Norte	32,8	-2,6	72.696	31,5	48.882	32,7
CENTRO	**26,7**	**-8,6**	**39.607**	**17,1**	**29.028**	**19,4**
AM Lisboa	42,7	7,3	81.619	35,3	46.797	31,3
Alentejo	25,9	-9,4	12.270	5,3	9.086	6,1
Algarve	40,8	5,4	15.628	6,8	9.259	6,2
Açores	22,2	-13,2	4.125	1,8	3.211	2,1
Madeira	37,6	2,3	5.120	2,2	3.196	2,1

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2022		Nascimentos de sociedades, 2022		Mortes de sociedades, 2022	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	**53,1**	**0,0**	**42.577**	**100,0**	**19.970**	**100,0**
Norte	49,6	-3,5	12.905	30,3	6.500	32,5
CENTRO	**51,5**	**-1,6**	**6.504**	**15,3**	**3.155**	**15,8**
AM Lisboa	56,6	3,5	16.816	39,5	7.298	36,5
Alentejo	54,5	1,5	2.297	5,4	1.044	5,2
Algarve	52,9	-0,2	2.374	5,6	1.118	5,6
Açores	57,0	3,9	532	1,2	229	1,1
Madeira	45,5	-7,6	1.149	2,7	626	3,1

Criação líquida de empresas

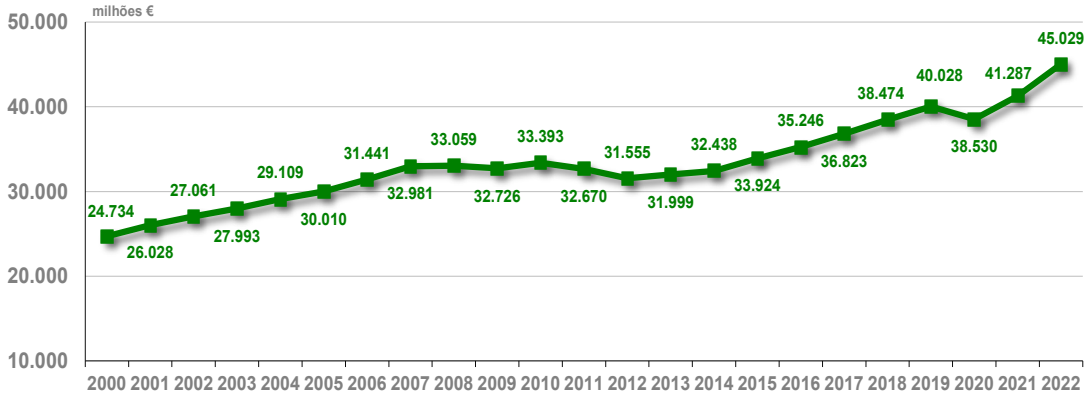
A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro aumentou, em 2022, para 26,7%, sendo o segundo valor mais elevado da série, apenas abaixo do registado em 2013 (30,1%). Este desempenho foi, ainda assim, pior do que a média nacional (35,3%), posicionando o Centro como o terceiro território português menos dinâmico (apenas à frente da Região Autónoma dos Açores e do Alentejo). Na região, em 2022, ocorreram 17,1% dos nascimentos, correspondendo a 39.607 novas empresas, e 19,4% das mortes de empresas observadas no país, ou seja, 29.028 mortes.

No que respeita à taxa líquida de criação de sociedades no Centro verificou-se que aumentou, em 2022, para os 51,5%. Este valor, embora abaixo da média nacional (53,1%), foi o mais elevado desde o início da série em 2008. Apesar da tendência crescente verificada, a região ocupava a quinta posição na hierarquia nacional, apenas à frente da Região Autónoma da Madeira e do Norte. A Região Centro, em 2022, concentrava 15,3% dos nascimentos e 15,8% das mortes de sociedades do país.

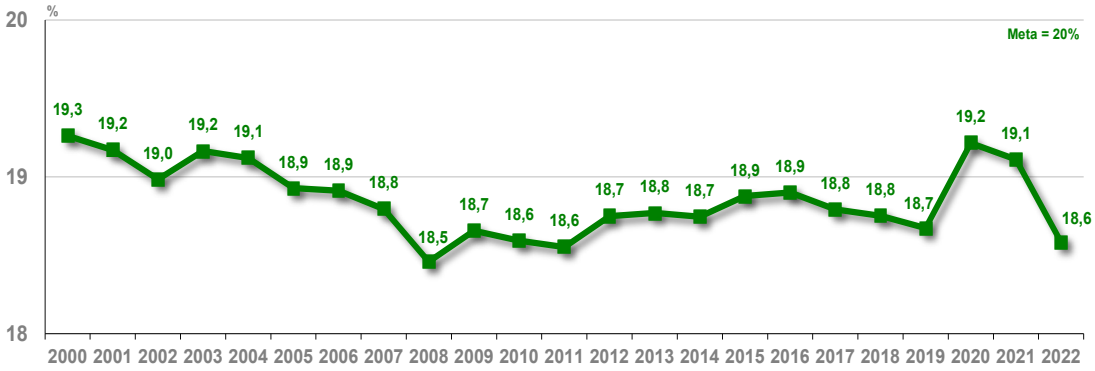
Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2023 e extraídos pela CCDRC em maio de 2024).
Notas:
1) Os dados de empresas e sociedades referem-se a empresas e sociedades não financeiras.
2) Os dados de mortes de empresas e de sociedades de 2021 são provisórios e os de 2022 são preliminares.
Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = (Nascimentos de empresas – Mortes de empresas)/Nascimentos de empresas x 100
Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = (Nascimentos de sociedades - Mortes de sociedades)/ Nascimentos de sociedades x 100
Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país
Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país
p.p. – Pontos percentuais

Produto Interno Bruto

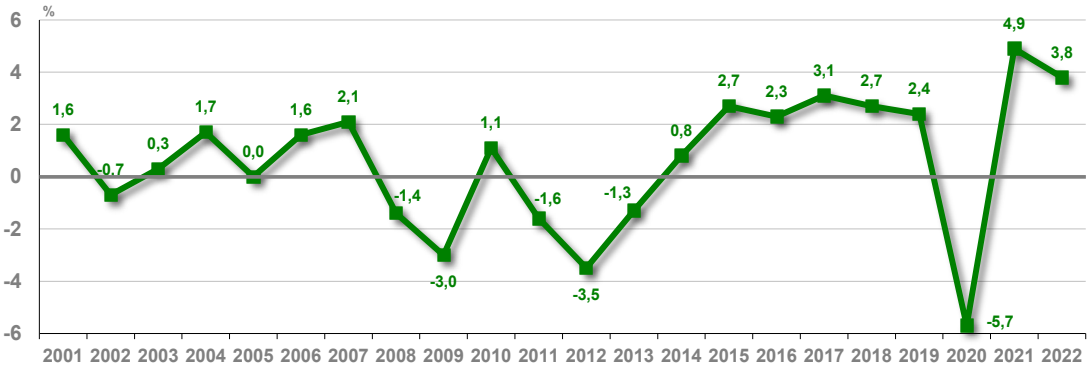
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2022



Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2022

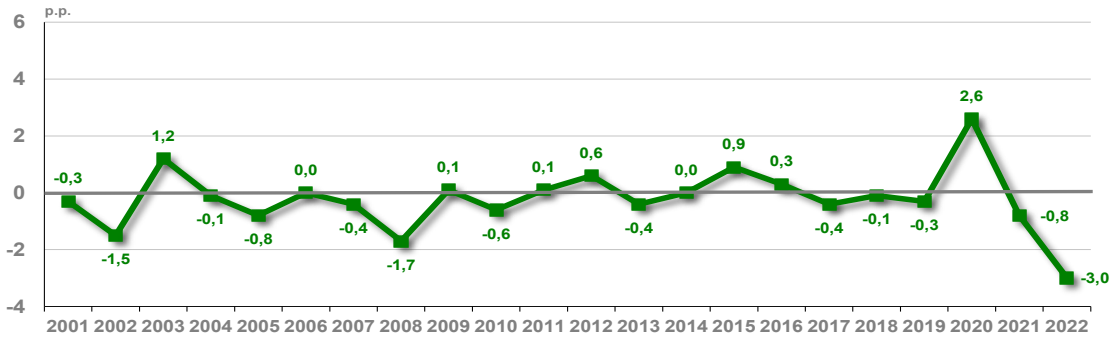


Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2022



Produto Interno Bruto

Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2022 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2022 (%)	Taxa de crescimento real do PIB, 2022 (%)	Crescimento real do PIB face ao país (Região - País), 2022 (p.p.)
Portugal	**242.341**	**100,0**	**6,8**	**0,0**
Norte	71.873	29,7	5,6	-1,2
CENTRO	**45.029**	**18,6**	**3,8**	**-3,0**
AM Lisboa	87.368	36,1	8,2	1,4
Alentejo	15.157	6,3	4,7	-2,1
Algarve	11.624	4,8	17,0	10,2
Açores	5.110	2,1	6,8	0,0
Madeira	6.021	2,5	14,2	7,4

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 45,0 mil milhões de euros, tendo registado uma variação nominal de 9,1% e real de 3,8% face a 2021. Este crescimento foi menos significativo do que a média nacional, uma vez que o país registou um aumento nominal de 12,2% e real de 6,8%. Em 2022, a atividade económica voltou a crescer em todas as regiões portuguesas; no entanto, o Centro apresentou o menor crescimento do PIB entre as várias regiões (quer nominal, quer real). Em 2022, o PIB regional representava 18,6% do total do país (valor inferior ao do ano anterior), permanecendo a Região Centro na terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas: Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = (PIB do ano n – PIB do ano n-1)/(PIB do ano n-1) x 100, com PIB avaliado a preços do ano n-1

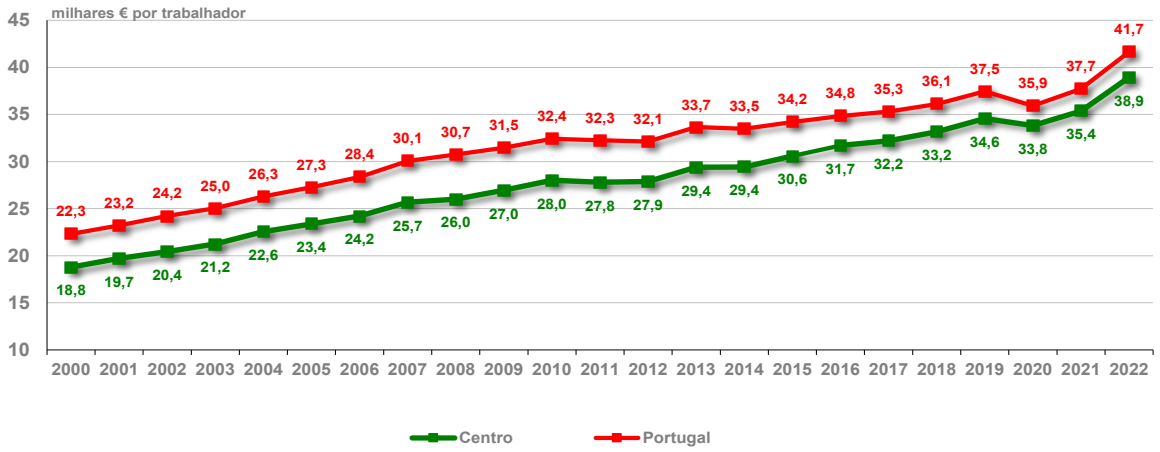
Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

PIB – Produto Interno Bruto

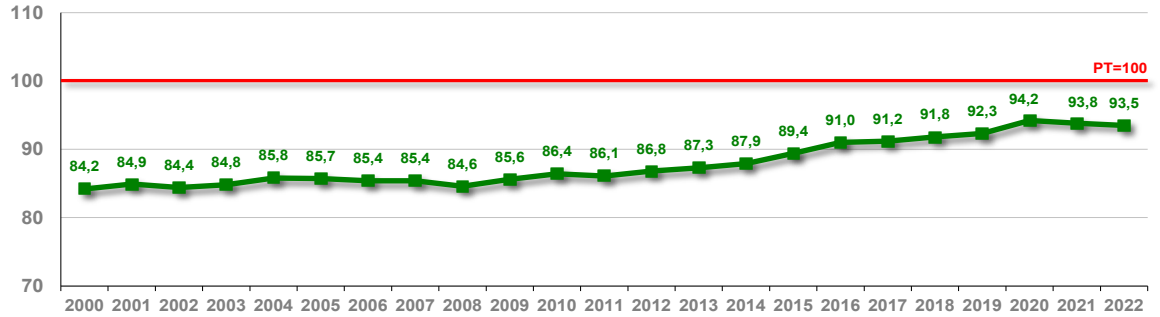
p.p. – Pontos percentuais

Produtividade do trabalho

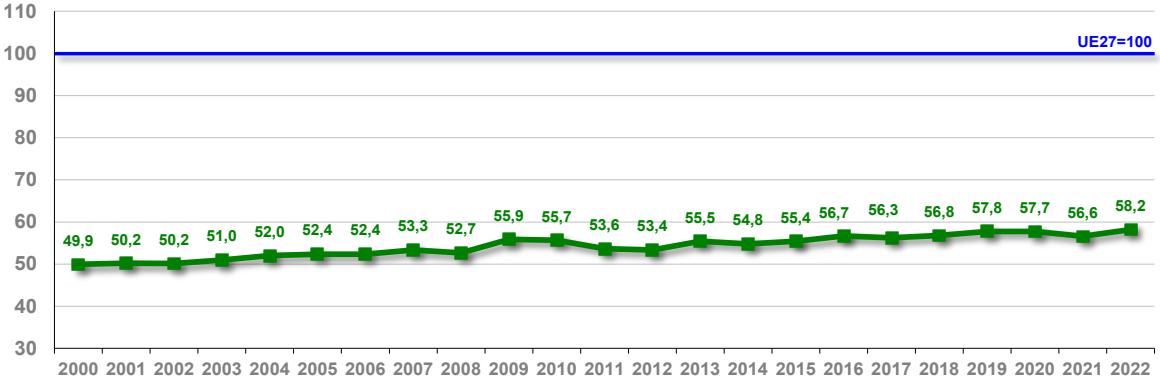
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2022



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2022



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE 27=100) entre 2000 e 2022



Produtividade do trabalho

Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2022		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE27=100
Portugal	**41,7**	**100,0**	**62,3**
Norte	36,7	88,2	54,9
CENTRO	**38,9**	**93,5**	**58,2**
AM Lisboa	50,0	120,0	74,7
Alentejo	40,6	97,6	60,8
Algarve	40,5	97,3	60,6
Açores	36,3	87,2	54,3
Madeira	39,4	94,5	58,8

Em 2022, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 38,9 milhares de euros por trabalhador, representando 93,5% do total nacional e 58,2% da produtividade do conjunto dos 27 países da União Europeia. Face a 2021, a produtividade aumentou 10,1%, ainda assim ligeiramente abaixo do crescimento da média nacional (de 10,4%). Ao longo dos últimos anos, a produtividade do trabalho do Centro vinha convergido lentamente para a média do país, mas desde 2020 que se verifica uma inversão dessa tendência. Em 2022, a região ocupava a quinta posição na hierarquia nacional, somente à frente do Norte e dos Açores (que ocupava a última posição). Ainda assim, em 2022, a produtividade do trabalho da Região Centro convergiu com a média europeia, atingindo o melhor resultado desde 2000.

Fonte: INE e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).

Notas:

1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

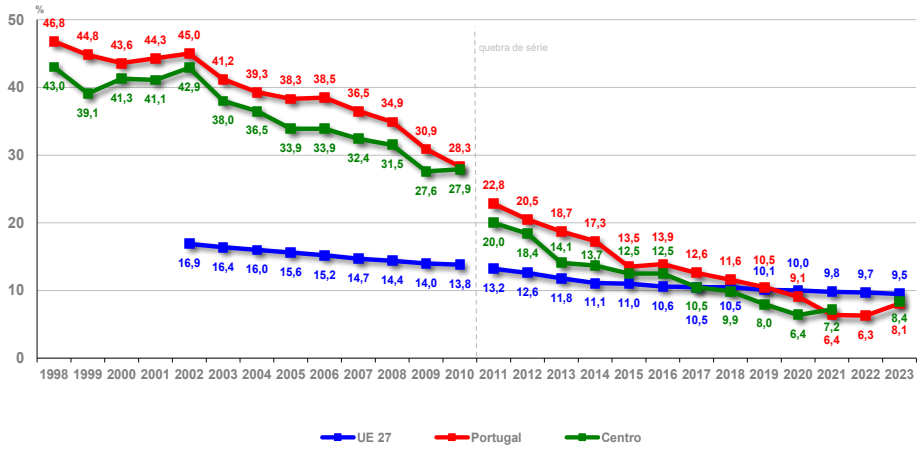
2) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Abandono escolar precoce

Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de abandono escolar precoce 2023 (%)
Portugal	**8,1**
Norte	6,1
CENTRO	**8,4**
AM Lisboa	7,7
Alentejo	x
Algarve	16,0
Açores	22,9
Madeira	x

x - Dado não disponível

Em 2023, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro aumentou para os 8,4% (em 2021, cifrava-se nos 7,2%; não é possível a comparação com 2022, pois o valor não se encontra disponível). Este valor foi superior à média nacional, que aumentou para os 8,1%, invertendo a tendência de descida que se vinha a verificar desde 2016. O Centro era a região com a terceira menor taxa de abandono escolar precoce, atrás da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. Apesar do aumento que se tem vindo a verificar nos últimos anos, este indicador registou quebras acentuadas na região nas últimas duas décadas, diminuindo 34,6 pontos percentuais face a 1998. Com este progresso, o Centro superou, em 2019, a taxa de abandono precoce de educação e formação registada pela média dos 27 Estados-Membros da União Europeia.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2024) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados em junho de 2024 e extraídos pela CCDRC em agosto de 2024).

Notas:

1) O INE reviu os valores de 2011 a 2023 com base nas Estimativas Mensais de População Residente, calculadas especificamente para o Inquérito ao Emprego em função dos resultados definitivos dos Censos 2021.

2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

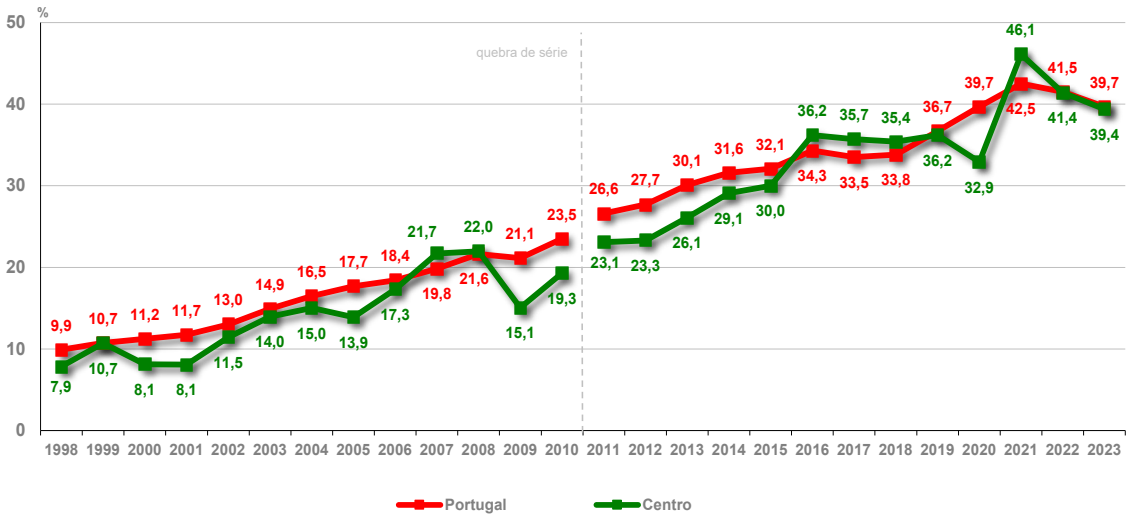
3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Taxa de abandono escolar precoce = (População residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18-24 anos) x 100

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

População jovem com formação superior

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2023



Posicionamento da Região Centro

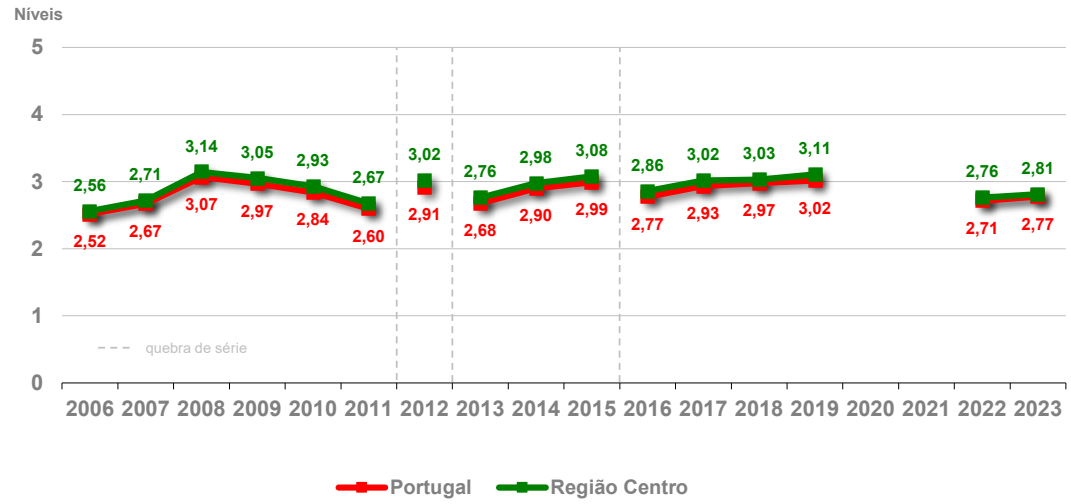
	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2023 (%)
Portugal	**39,7**
Norte	38,8
CENTRO	**39,4**
AM Lisboa	45,2
Alentejo	35,7
Algarve	32,9
Açores	16,7
Madeira	33,3

Em 2023, 39,4% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região encontra-se ligeiramente abaixo da média nacional (de 39,7%), tendo o indicador diminuído dois pontos percentuais face a 2022. O Centro foi a segunda região portuguesa com melhor desempenho, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Apesar da diminuição observada, este indicador tem registado um progresso muito significativo nas últimas décadas, uma vez que o valor atual corresponde a mais do quíntuplo do registado em 1998.

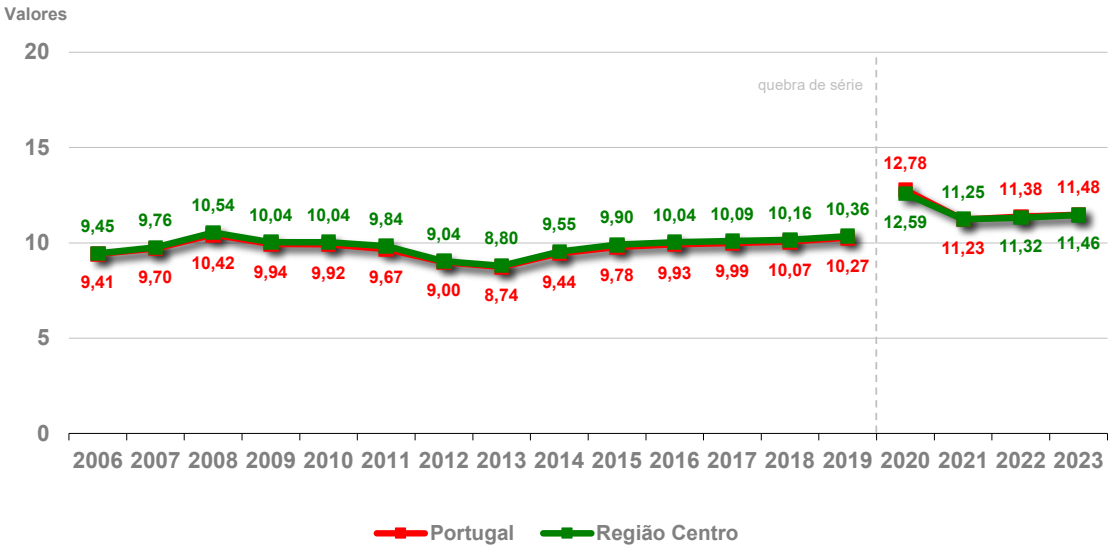
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2024).
Notas:
1) O INE reviu os valores de 2011 a 2023 com base nas Estimativas Mensais de População Residente, calculadas especificamente para o Inquérito ao Emprego em função dos resultados definitivos dos Censos 2021.
2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100

Resultados de exames nacionais

Resultados de exames nacionais do ensino básico entre 2006 e 2023

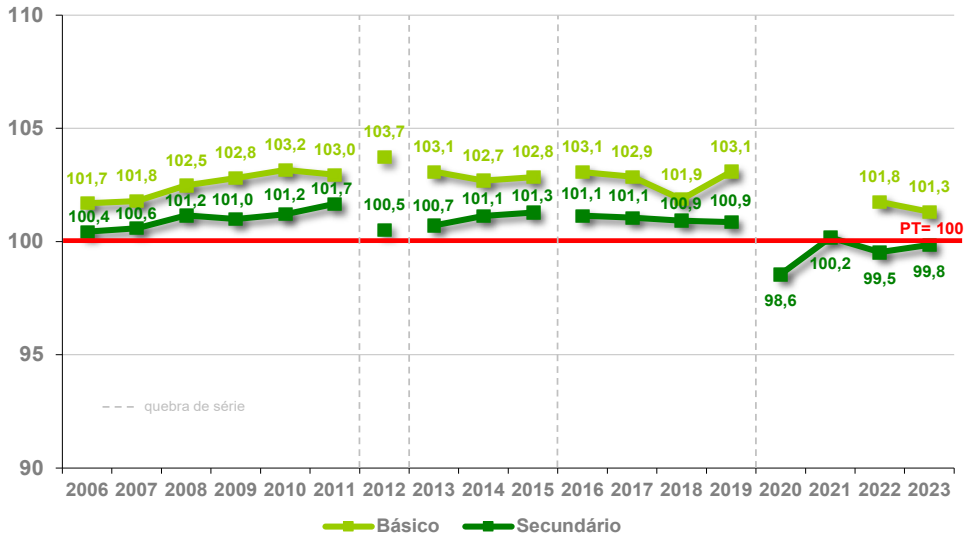


Resultados de exames nacionais do ensino secundário entre 2006 e 2023



Resultados de exames nacionais

Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Resultados de exames nacionais, 2023		Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2023		
	Ensino básico - 9.º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9.º ano	Ensino secundário
Portugal	**2,77**	**11,48**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Norte	2,88	11,88	103,54	103,64	103,45
CENTRO	**2,81**	**11,46**	**100,58**	**101,32**	**99,85**
AM Lisboa	2,71	11,26	97,97	97,84	98,11
Alentejo	2,63	11,04	95,39	94,61	96,16
Algarve	2,61	11,14	95,55	94,09	97,00
Açores	2,57	11,11	94,73	92,71	96,76
Madeira	2,75	11,25	98,55	99,07	98,03

Resultados de exames nacionais

Em 2023, a Região Centro apresentou o segundo melhor desempenho do país nos resultados dos exames nacionais do 9.º ano do ensino básico, assistindo-se a uma melhoria na classificação média face ao ano anterior. No ensino secundário, a classificação média regional nos exames nacionais também aumentou face ao ano anterior, sendo igualmente o segundo melhor desempenho a nível nacional. No entanto, a região apresentou resultados ligeiramente inferiores à média do país, mantendo-se ainda as consequências de um quadro atípico resultante da pandemia de COVID-19.

Relativamente à média nacional de ambos os níveis de ensino (básico e secundário), o Centro ocupava, em 2023, a segunda posição na hierarquia nacional, logo após a Região Norte, posicionando-se ligeiramente acima da média de Portugal.

Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados em junho de 2024 e extraídos pela CCDRC em novembro de 2024).

Notas:

1) Os valores de Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro.

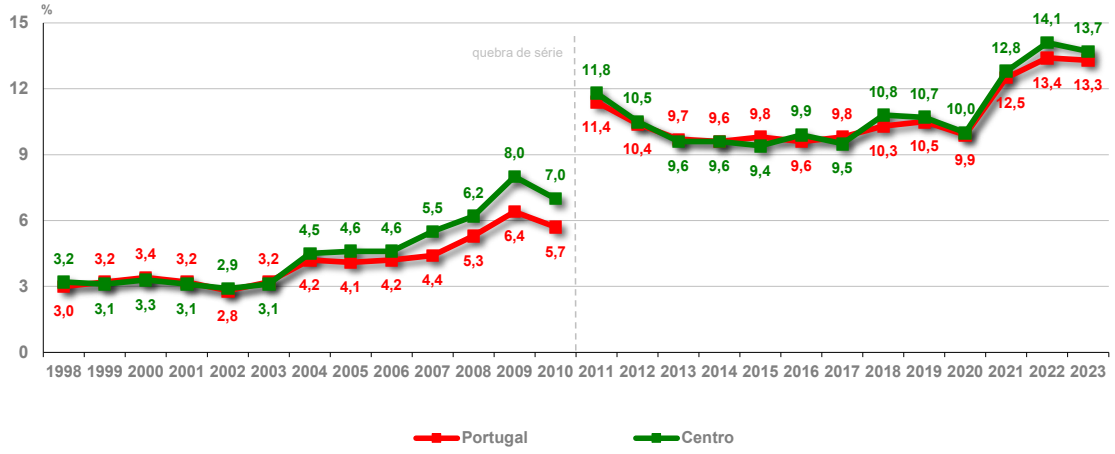
2) No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9.º ano de 2006 a 2011; para os 6.º e 9.º anos em 2012; para os 4.º, 6.º e 9.º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9.º ano de 2016 em diante. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

3) Em 2020 e 2021, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, respetivamente, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade. Em 2022 foi retomada a realização das provas finais de 9.º ano, mas apenas para efeitos de diagnóstico das aprendizagens, mantendo-se, para os alunos, as condições de aprovação e conclusão do ensino básico, assentes apenas na avaliação interna. Em 2023 as provas finais voltaram a ter efeitos no cálculo da classificação final às disciplinas de Português e de Matemática e para a conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.

4) No ensino secundário, em 2020, foi suspensa a ponderação dos resultados nos exames nacionais para a classificação interna e conclusão do ensino secundário, restringindo a sua aplicação às provas de ingresso, de melhoria de nota da classificação de prova de ingresso já realizada ou da classificação final da disciplina para efeitos de acesso ao ensino superior (o que implicou uma diminuição do número de provas efetuadas). Além desta alteração, será ainda importante referir que, em 2021, apesar dos exames seguirem o mesmo modelo de 2020, com a identificação, em cada prova, de um conjunto de itens com resposta obrigatoriamente contabilizada para a classificação final e de um outro conjunto de itens de resposta opcional, aumentaram os itens de resposta obrigatória, diminuindo as perguntas opcionais em número e valorização. Deste modo, a partir de 2020, com a realização de menos exames, em moldes diferentes, num período mais distendido no tempo e apenas em disciplinas necessárias como provas de acesso, não devem ser realizadas comparações com os resultados obtidos nos anos anteriores, considerando-se uma quebra de série.

Formação ao longo da vida

Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Aprendizagem ao longo da vida, 2023 (%)
Portugal	**13,3**
Norte	11,8
CENTRO	**13,7**
AM Lisboa	16,5
Alentejo	11,2
Algarve	11,8
Açores	8,2
Madeira	9,3

Em 2023, 13,7% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro participou em atividades de educação e formação. Este valor traduz uma redução face a 2022, ano em que se registou um máximo histórico neste indicador (14,1%). Ainda assim, a Região Centro continuou a posicionar-se acima da média nacional (13,3%). Comparativamente com as outras regiões portuguesas, o Centro ocupava o segundo lugar na hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Atualmente, mais do quádruplo da população regional com idade entre os 25 e os 64 anos participa em atividades de educação e formação face ao registado em 1998.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2023).

Notas:

1) O INE reviu os valores de 2011 a 2023 com base nas Estimativas Mensais de População Residente, calculadas especificamente para o Inquérito ao Emprego em função dos resultados definitivos dos Censos 2021.

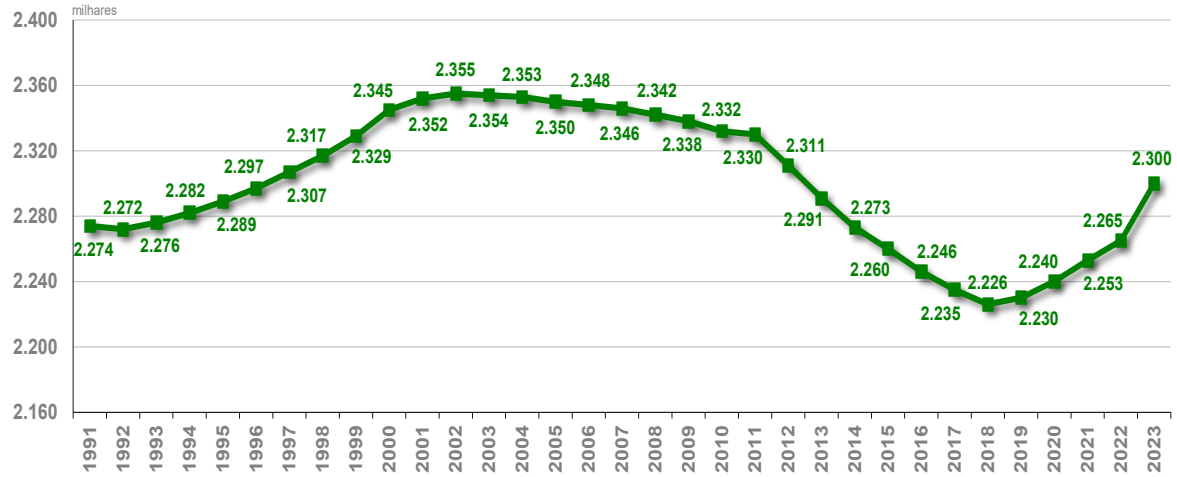
2) O questionário do Inquérito ao Emprego, na série de dados iniciada no 1.º trimestre de 2021, apresenta um maior detalhe na captação de atividades de aprendizagem não formal. Esta circunstância pode ter impacto nos resultados dos indicadores para os quais é utilizada esta informação, quando comparados com os da série de dados em vigor do 1.º trimestre de 2011 ao 4.º trimestre de 2020.

3) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

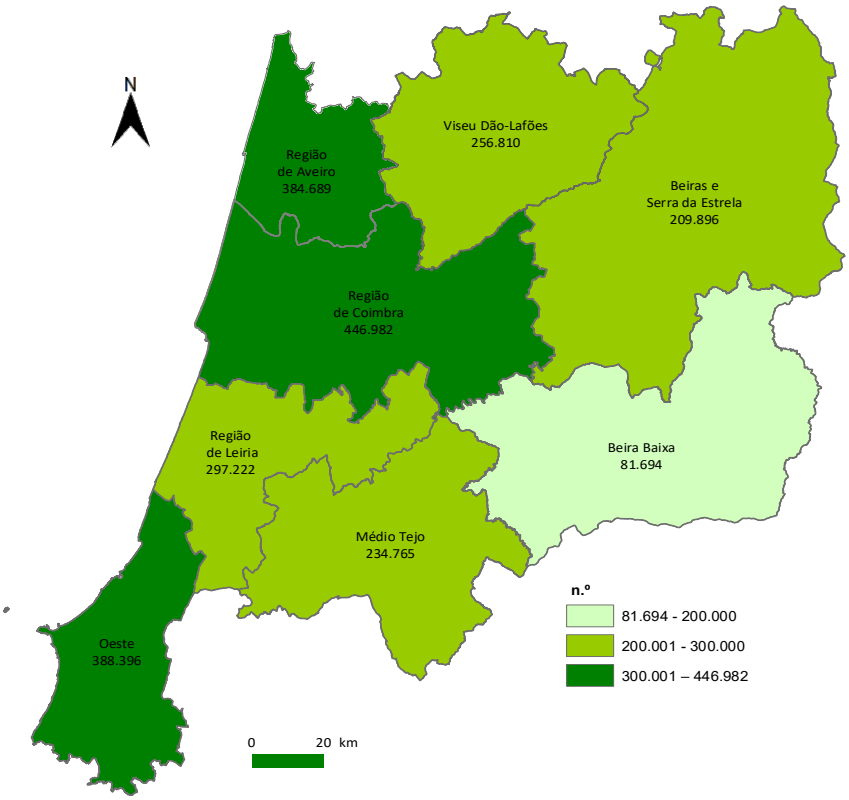
Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100

População residente

População residente na Região Centro entre 1991 e 2023

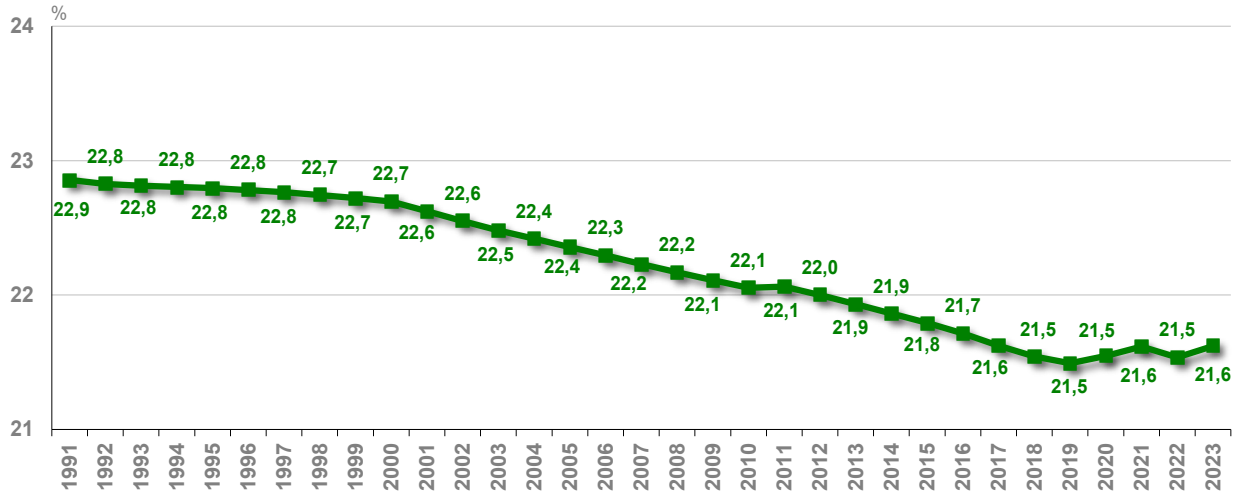


População residente na Região Centro, 2023

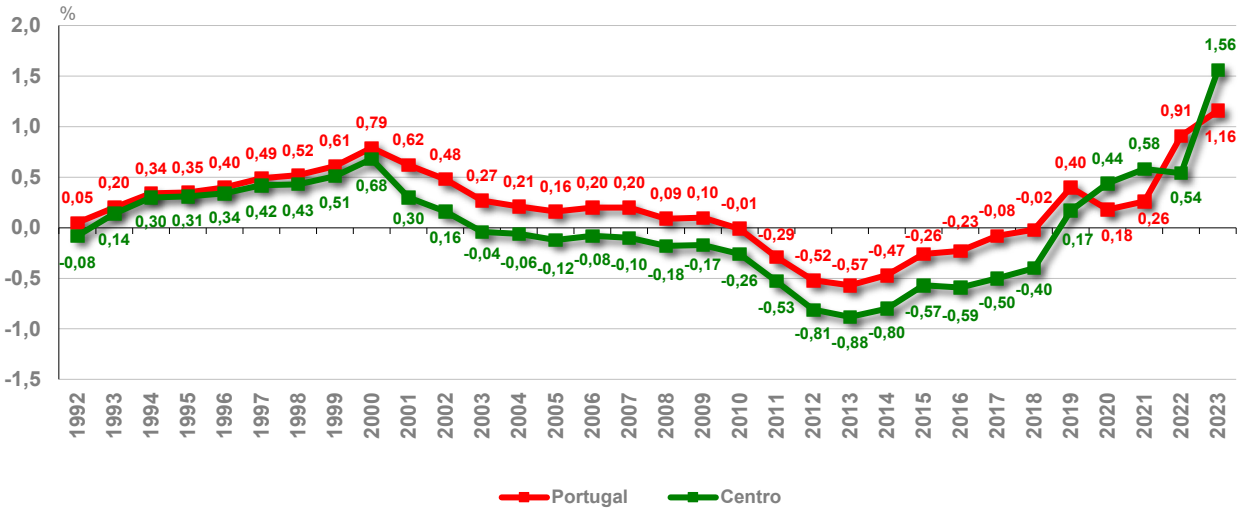


População residente

Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2023



Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2023



População residente

Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2023		Taxa de variação da população residente, 2021-2023
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	**10.639.726**	**100,0**	**1,16**
Norte	3.673.861	34,5	0,92
CENTRO	**2.300.454**	**21,6**	**1,56**
AM Lisboa	2.961.177	27,8	1,35
Alentejo	722.465	6,8	0,76
Algarve	484.122	4,6	1,14
Açores	241.025	2,3	0,37
Madeira	256.622	2,4	1,00

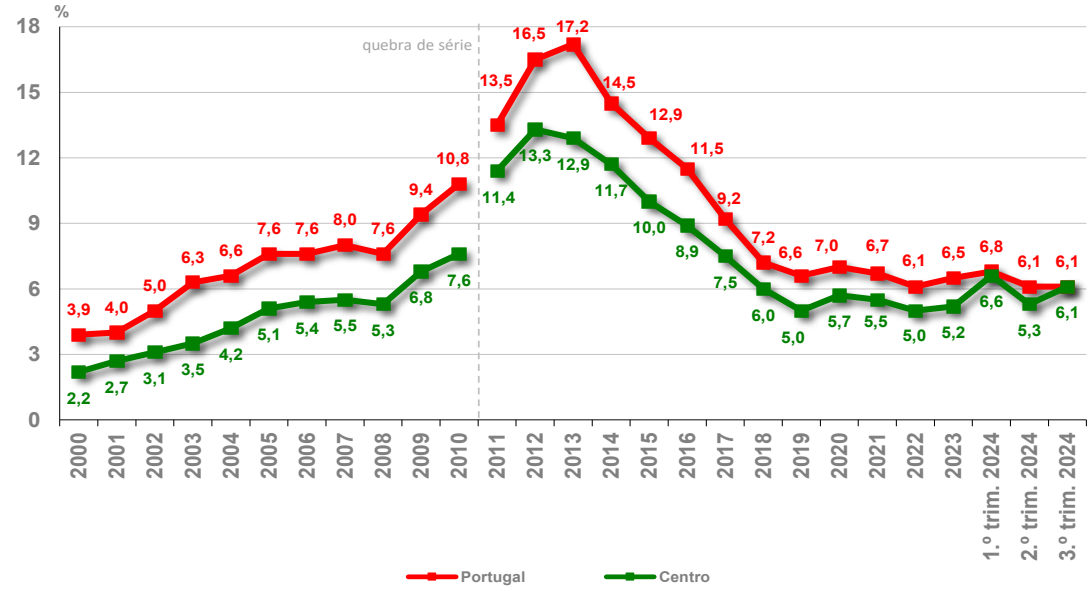
A 31 de dezembro de 2023, estimava-se que residiam na Região Centro 2,3 milhões de indivíduos, tendo existido um crescimento populacional de 1,56% face a 2022, superior à variação nacional de 1,16%. A população residente no Centro tem vindo a aumentar desde 2019, contrariando a tendência de decréscimo populacional verificada entre 2003 e 2018. Este acréscimo populacional, em 2023, resultou de um crescimento migratório (+2,13%) que mais do que compensou o decréscimo natural (-0,58%). Apesar de todas as regiões portuguesas terem aumentado a sua população residente, o Centro foi a região que registou o maior crescimento populacional em 2023.

A Região Centro concentrava 21,6% da população residente em Portugal. As quatro sub-regiões do litoral – Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste – reuniam 66,0% da população total do Centro, peso que subia para os 87,3% considerando o Médio Tejo e Viseu Dão-Lafões. Face ao ano anterior, o efetivo populacional aumentou em todas as sub-regiões, destacando-se o crescimento verificado no Oeste (+2,46%), na Região de Aveiro (+2,10%) e na Região de Leiria (+1,74%). Em todas as sub-regiões do Centro, a taxa de crescimento natural foi negativa e a taxa de crescimento migratório positiva.

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2024).
População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Taxa de desemprego

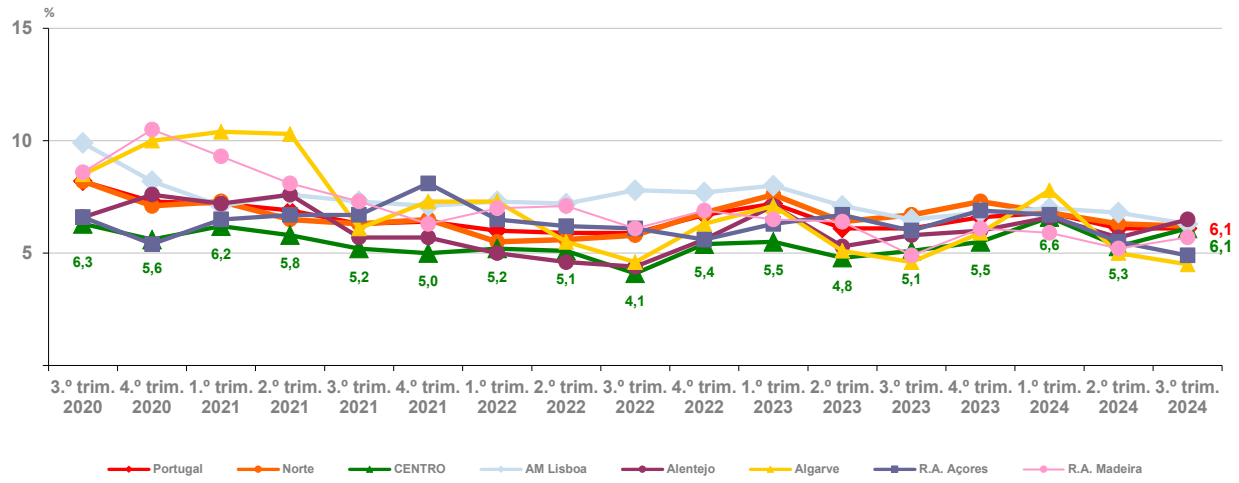
Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2024



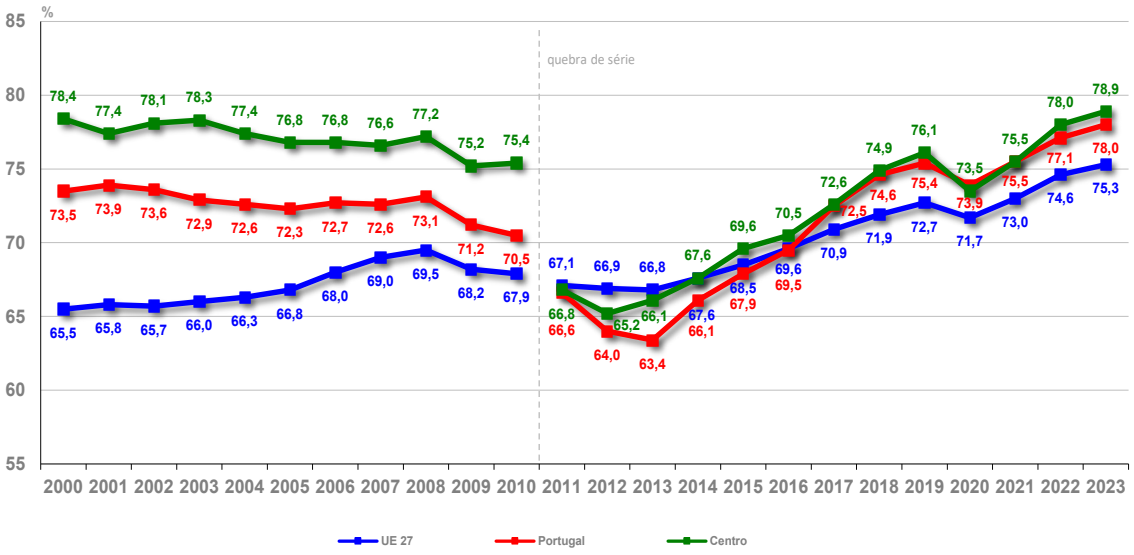
Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2024

Taxa de desemprego

Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o terceiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2024



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2023



Taxa de desemprego

Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 3.º trimestre de 2024		Taxa de desemprego, 2023		Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2023 (%)
	%	% média nacional	%	% média nacional	
Portugal	**6,1**	**100,0**	**6,5**	**100,0**	**78,0**
Norte	6,2	101,6	7,0	107,7	76,6
CENTRO	**6,1**	**100,0**	**5,2**	**80,0**	**78,9**
AM Lisboa	6,3	103,3	7,1	109,2	79,9
Alentejo	6,5	106,6	6,1	93,8	77,3
Algarve	4,5	73,8	5,6	86,2	80,2
Açores	4,9	80,3	6,5	100,0	72,9
Madeira	5,7	93,4	6,0	92,3	73,5

No terceiro trimestre de 2024, a taxa de desemprego da Região Centro fixou-se nos 6,1%, tendo aumentado 0,8 pontos percentuais face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego regional igualou assim a média nacional (de 6,1%). Em termos homólogos, comparando com o terceiro trimestre de 2023, assistiu-se a um acréscimo de 1,0 ponto percentual neste indicador. O Centro registou, neste trimestre, a quarta menor taxa de desemprego entre as sete regiões portuguesas, a seguir ao Algarve e às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tendo descido uma posição face ao trimestre anterior.

Em termos anuais, em 2023, a taxa de desemprego regional foi de 5,2%, correspondendo a 80,0% da média nacional, tendo o Centro sido a região portuguesa com o melhor desempenho. A taxa de desemprego regional aumentou ligeiramente face a 2022 (+0,2 pontos percentuais). A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro, em 2023, fixou-se nos 78,9%, superando a média nacional (de 78,0%), sendo uma das mais elevadas entre as regiões portuguesas.

Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em novembro de 2024) e Eurostat (dados anuais disponibilizados em setembro de 2024 extraídos pela CCDRC em novembro de 2024).

Notas:

1) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

2) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).

3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado).

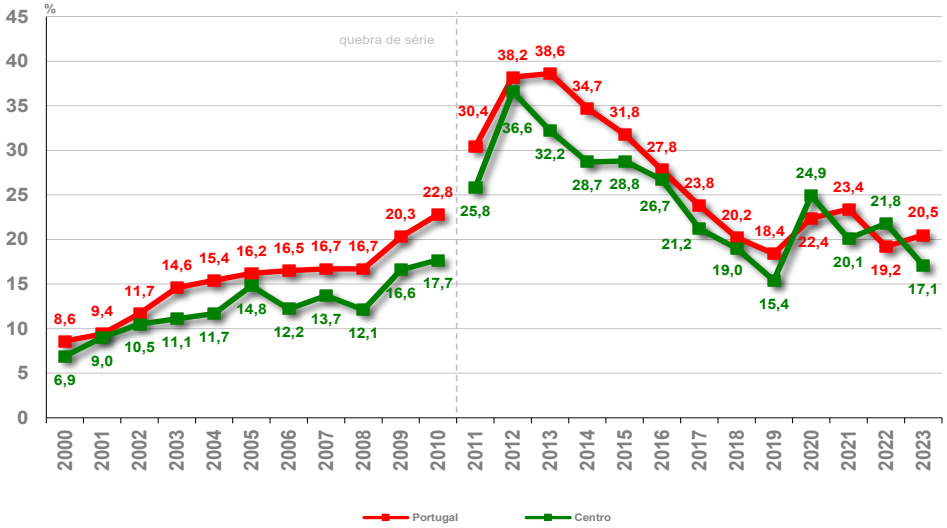
População desempregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

População empregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado); tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava ao serviço; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)

Taxa de desemprego jovem

Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre 2000 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego jovem, 2023	
	%	% média nacional
Portugal	**20,5**	**100,0**
Norte	19,9	97,1
CENTRO	**17,1**	**83,4**
AM Lisboa	23,6	115,1
Alentejo	22,4	109,3
Algarve	20,8	101,5
Açores	18,7	91,2
Madeira	x	x

x - Dado não disponível

Em 2023, na Região Centro, a taxa de desemprego jovem foi de 17,1%, traduzindo uma diminuição de 4,7 pontos percentuais face a 2022, voltando a ser bastante inferior à média nacional (20,5%). Comparativamente com as restantes regiões portuguesas, o Centro deixou de observar um dos piores desempenhos neste indicador, para passar a apresentar o melhor entre as sete regiões portuguesas. Note-se que este indicador tem apresentado um comportamento bastante oscilatório nos últimos anos.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2024).

Notas:

1) O INE deixou de disponibilizar informação trimestral relativa ao desemprego jovem na Região Centro, pelo que esta ficha passou apenas a conter informação anual.

2) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

3) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).

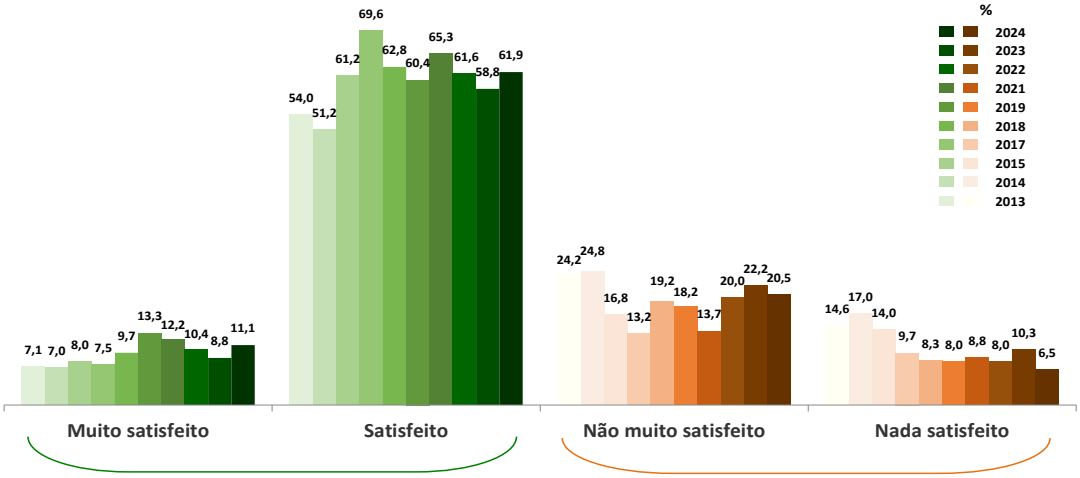
4) O INE reviu os valores de 2011 a 2023 com base nas Estimativas Mensais de População Residente, calculadas especificamente para o Inquérito ao Emprego em função dos resultados definitivos dos Censos 2021.

Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 16 aos 24 anos/População ativa dos 16 aos 24 anos x 100

Satisfação dos residentes

Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro

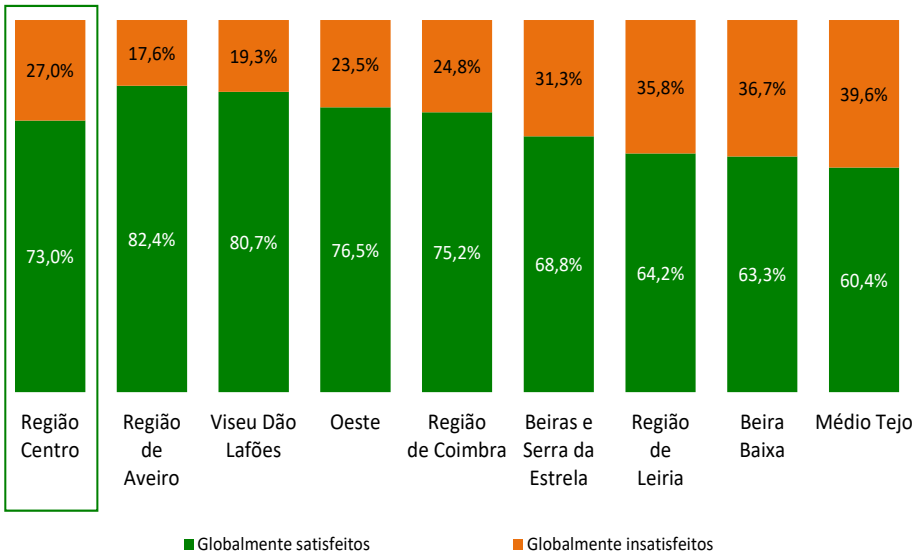
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro



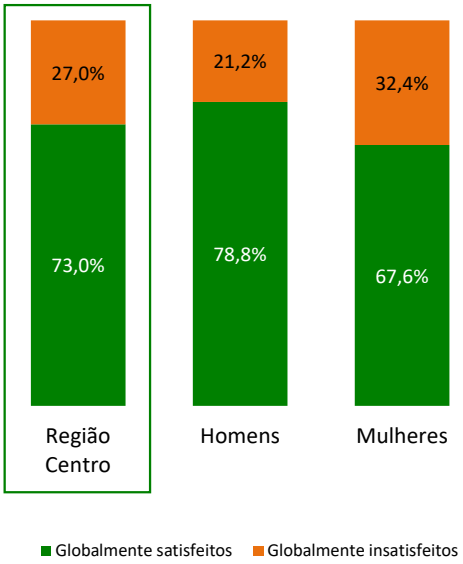
73,0% Globalmente satisfeitos em 2024
67,5% Globalmente satisfeitos em 2023
72,0% Globalmente satisfeitos em 2022
77,5% Globalmente satisfeitos em 2021
73,7% Globalmente satisfeitos em 2019
72,5% Globalmente satisfeitos em 2018
77,1% Globalmente satisfeitos em 2017
69,2% Globalmente satisfeitos em 2015
58,2% Globalmente satisfeitos em 2014
61,2% Globalmente satisfeitos em 2013

27,0% Globalmente insatisfeitos em 2024
32,5% Globalmente insatisfeitos em 2023
28,0% Globalmente insatisfeitos em 2022
22,5% Globalmente insatisfeitos em 2021
26,3% Globalmente insatisfeitos em 2019
27,5% Globalmente insatisfeitos em 2018
22,9% Globalmente insatisfeitos em 2017
30,8% Globalmente insatisfeitos em 2015
41,8% Globalmente insatisfeitos em 2014
38,8% Globalmente insatisfeitos em 2013

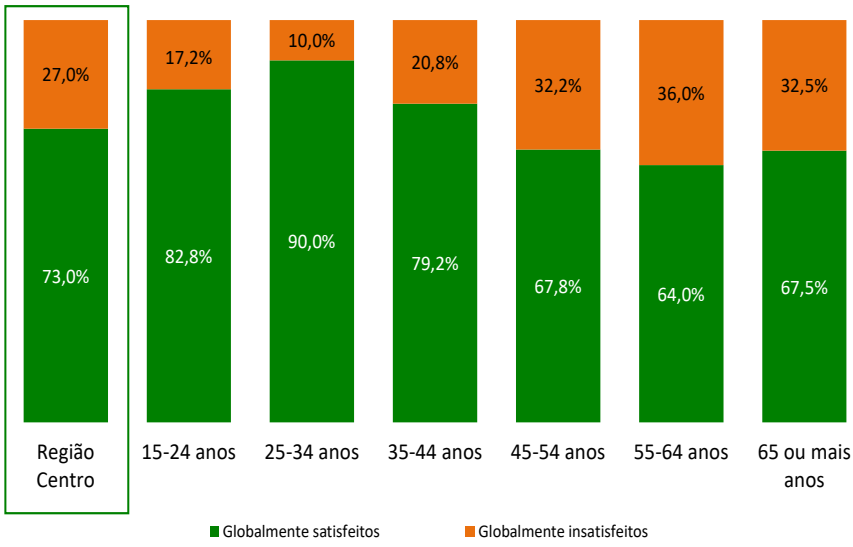
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2024



Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2024

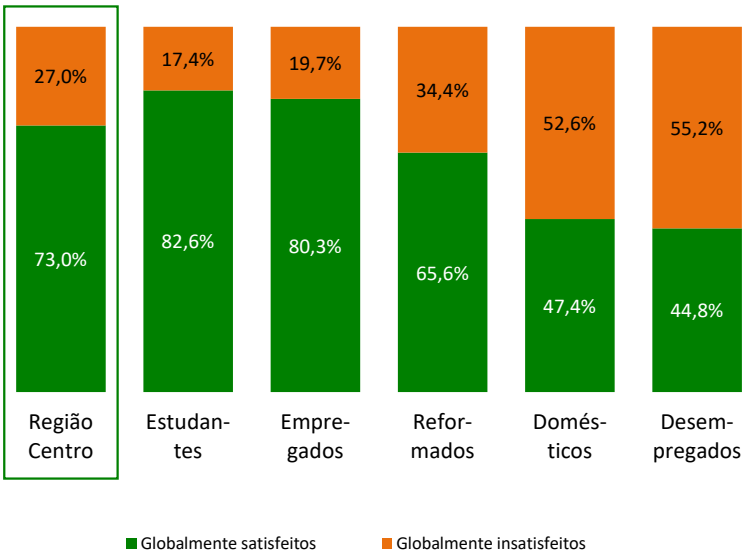


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2024

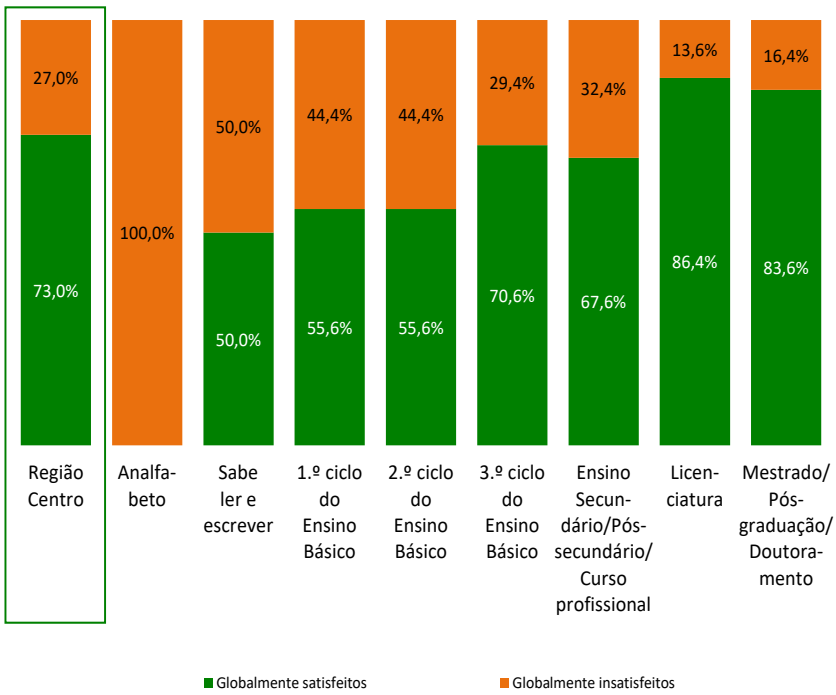


Satisfação dos residentes

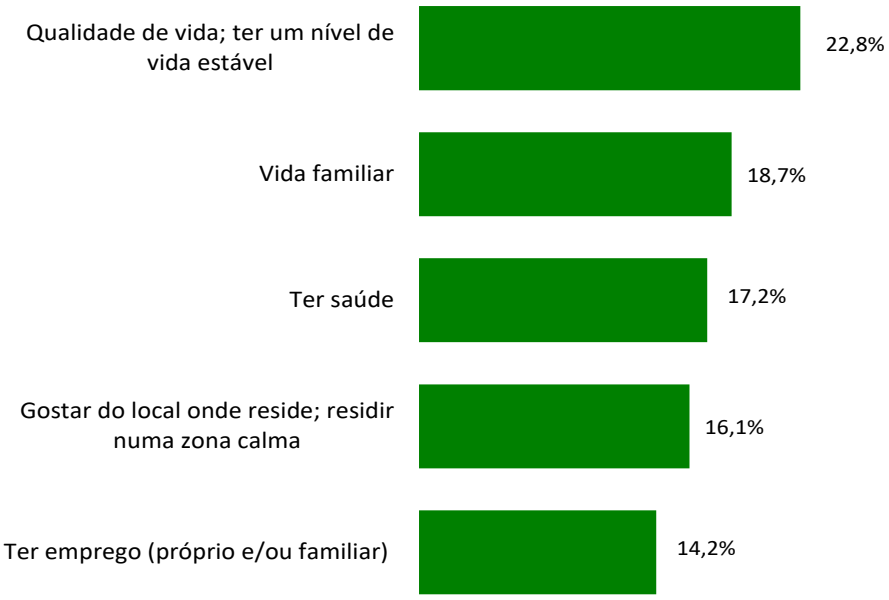
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2024



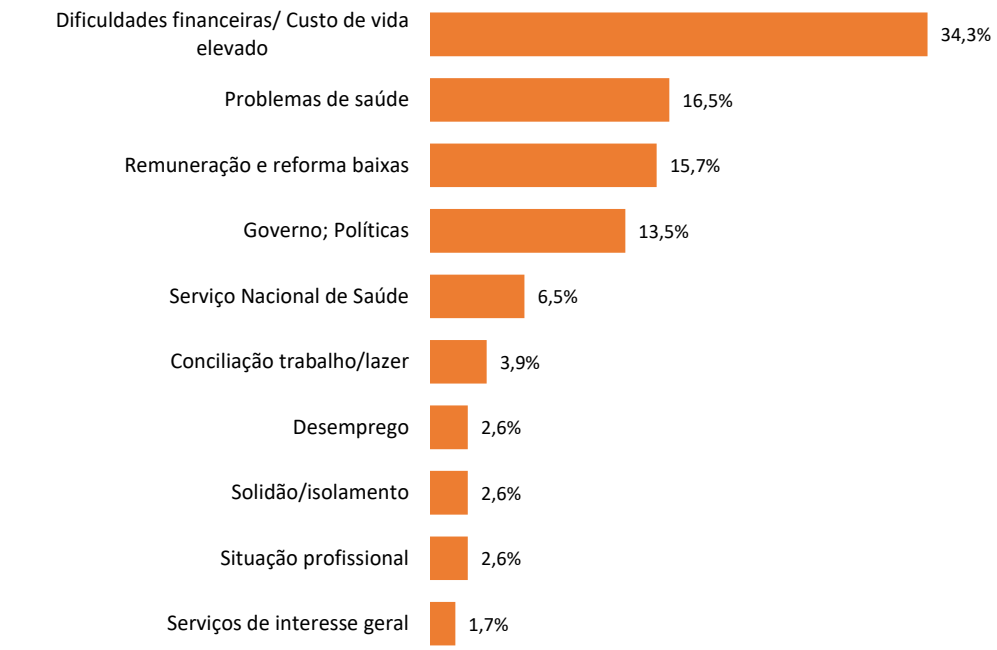
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2024



Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2024

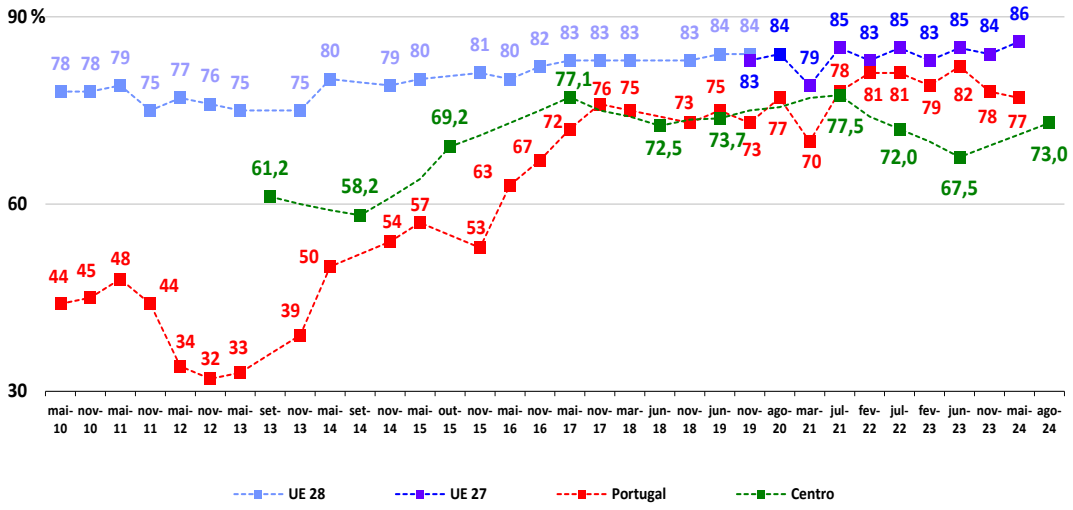


Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2024



Satisfação dos residentes

Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2024



Nota: Os dados da União Europeia referentes a 27 países não incluem o Reino Unido (que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro

	Indicador médio de satisfação		Grau de satisfação dos residentes							
			Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Pontos (1 a 4)		%							
UE 27	**3,06**	**3,05**	**22,0**	**22,0**	**64,0**	**63,0**	**12,0**	**13,0**	**2,0**	**2,0**
Portugal	**2,80**	**2,85**	**4,0**	**4,0**	**73,0**	**78,0**	**22,0**	**17,0**	**1,0**	**1,0**
CENTRO	**2,78**	**2,66**	**11,1**	**8,8**	**61,9**	**58,8**	**20,5**	**22,2**	**6,5**	**10,3**
Beira Baixa	2,63	2,73	13,3	3,3	50,0	73,3	23,3	16,7	13,3	6,7
Beiras e Serra da Estrela	2,71	2,55	10,4	6,1	58,3	55,1	22,9	26,5	8,3	12,2
Médio Tejo	2,68	2,50	17,0	3,8	43,4	53,8	30,2	30,8	9,4	11,5
Oeste	2,75	2,68	7,4	8,8	69,1	61,3	14,8	18,8	8,6	11,3
Região de Aveiro	2,89	2,74	11,8	8,5	70,6	65,9	12,9	17,1	4,7	8,5
Região de Coimbra	2,79	2,74	7,9	11,1	67,3	59,6	20,8	21,2	4,0	8,1
Região de Leiria	2,67	2,54	10,4	10,8	53,7	49,2	28,4	23,1	7,5	16,9
Viseu Dão Lafões	2,95	2,72	15,8	12,3	64,9	54,4	17,5	26,3	1,8	7,0

Satisfação dos residentes

Em 2024, segundo os resultados da 10.ª edição do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro, realizado pela CCDRC, 73,0% consideraram-se globalmente satisfeitos, contra 67,5% da recolha anterior (2023). Este foi o quarto melhor resultado das dez edições deste inquérito. Dos inquiridos, 11,1% responderam estar "muito satisfeitos", 61,9% "satisfeitos", 20,5% "não muito satisfeitos" e 6,5% "nada satisfeitos" com a sua vida. Face ao ano anterior, destaca-se o crescimento da quota dos "muito satisfeitos" e dos "satisfeitos" e o decréscimo das quotas dos "não muito satisfeitos" e "nada satisfeitos", o que resultou num aumento da percentagem de inquiridos globalmente satisfeitos em 5,5 pontos percentuais. Comparando estes resultados com os da última vaga disponível do Eurobarómetro (em que a mesma questão foi também inquirida), verificamos que, na Região Centro, a percentagem de residentes satisfeitos aproximou-se à média dos cidadãos europeus (86%), invertendo a tendência de divergência que se tinha vindo a verificar desde julho de 2021. Assistiu-se também a uma aproximação do nível de satisfação dos residentes no Centro à média nacional (77%). As temáticas do nível de vida, da saúde e do emprego continuam a constar dos principais motivos referidos pelos inquiridos, tanto de satisfação, como de insatisfação. Nesta vaga do inquérito, a qualidade de vida/nível de vida estável manteve-se como o principal motivo de satisfação, seguindo-se a vida familiar e ter saúde. As dificuldades financeiras/custo de vida elevado mantiveram-se como principal motivo de insatisfação, seguindo-se os problemas de saúde e as remunerações e reformas baixas. Face à inquirição anterior, além do Governo/políticas e do Serviço Nacional de Saúde permaneceram como importantes fatores de insatisfação a conciliação entre trabalho e lazer, o desemprego e a insatisfação com a situação profissional (entendida como insatisfação geral com o trabalho, falta de valorização profissional, de oportunidades de trabalho ou de perspetivas de futuro). A solidão e a dificuldade no acesso a serviços de interesse geral, sobretudo a transportes públicos, foram também motivos de insatisfação identificados.

Fonte: CCDRC, I.P., Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.

Notas:

1) A amostra do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2024 foi de 522 entrevistas, com um erro de 4,29 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário e situação perante o trabalho) e da recolha dos dados (entrevistas telefónicas para rede fixa/móvel e online). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 4 e 17 de julho de 2024, tendo sido utilizadas as técnicas de recolha por entrevista telefónica e entrevista online.

2) No quadro, os valores de 2024 de Portugal e da UE27 referem-se à 101.ª vaga do Eurobarómetro (abril/maio de 2024) e os da Região Centro à 10.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (julho de 2024). Já os valores de 2023 respeitantes a Portugal e à UE27 referem-se à 99.ª vaga do Eurobarómetro (maio/junho de 2023) e os valores da Região Centro reportam à 9.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (junho/julho de 2023).

3) A 1.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro decorreu em setembro de 2013, a 2.ª vaga em outubro de 2014, a 3.ª vaga em outubro de 2015, a 4.ª vaga em maio de 2017, a 5.ª vaga em junho de 2018, a 6.ª vaga em junho de 2019, a 7.ª vaga em julho de 2021, a 8.ª vaga em junho/julho de 2022, a 9.ª vaga em junho/julho de 2023 e a 10.ª vaga em julho de 2024.

4) Em 2020, não foi realizado o inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro devido às circunstâncias provocadas pela pandemia COVID-19, nomeadamente a possível perturbação na obtenção da informação e na análise dos seus resultados.

Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar "muito satisfeitos" ou "satisfeitos" com a vida que levam.

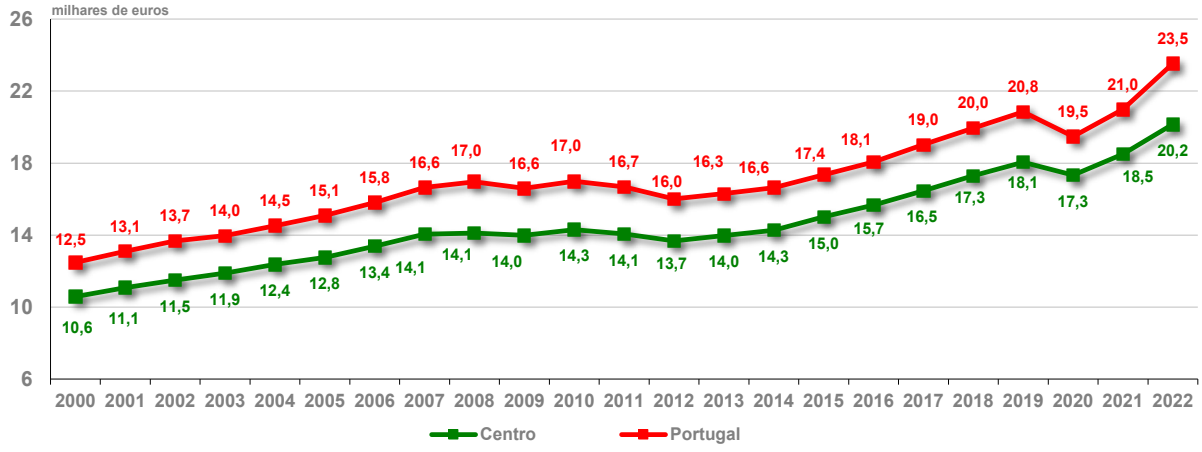
Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar "não muito satisfeitos" ou "nada satisfeitos" com a vida que levam.

Serviços de interesse geral: serviços que as autoridades públicas classificam como sendo de interesse geral e, por conseguinte, sujeitos a obrigações específicas de serviço público (traduzem necessidades coletivas essenciais). Tais serviços podem ser prestados quer pelo Estado, quer pelo setor privado. São exemplos de serviços de interesse geral os serviços postais, os transportes públicos, os cuidados de saúde, bem como os serviços bancários básicos, a energia e as comunicações eletrónicas.

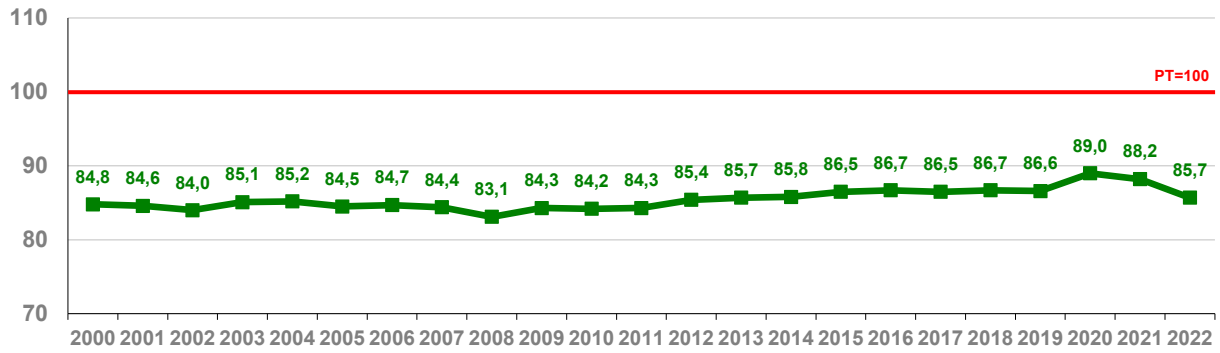
Indicador médio de satisfação = [4x(número de inquiridos "muito satisfeitos" com a vida que levam) + 3x(número de inquiridos "satisfeitos" com a vida que levam)+ 2x(número de inquiridos "não muito satisfeitos" com a vida que levam) + 1x(número de inquiridos "nada satisfeitos" com a vida que levam)]/ número total de inquiridos

Produto Interno Bruto por habitante

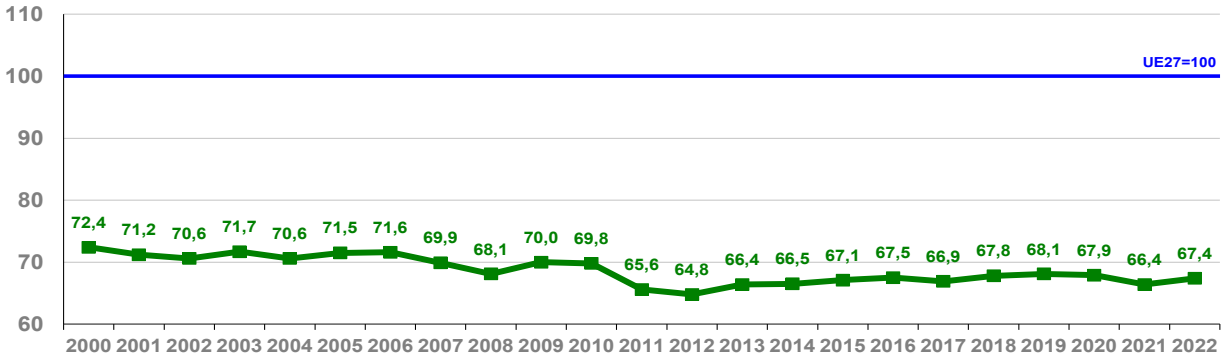
Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2022



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2022

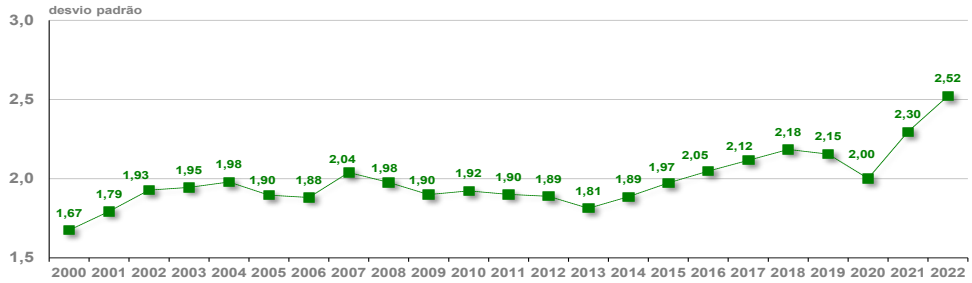


Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE 27=100) em paridades de poder de compra entre 2000 e 2022



Produto Interno Bruto por habitante

Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2022		
	euros	PT=100	UE27=100
Portugal	**23.531**	**100,0**	**78,7**
Norte	20.137	85,6	67,3
CENTRO	**20.161**	**85,7**	**67,4**
AM Lisboa	30.462	129,5	101,9
Alentejo	21.741	92,4	72,7
Algarve	26.754	113,7	89,5
Açores	21.096	89,7	70,6
Madeira	23.675	100,6	79,2

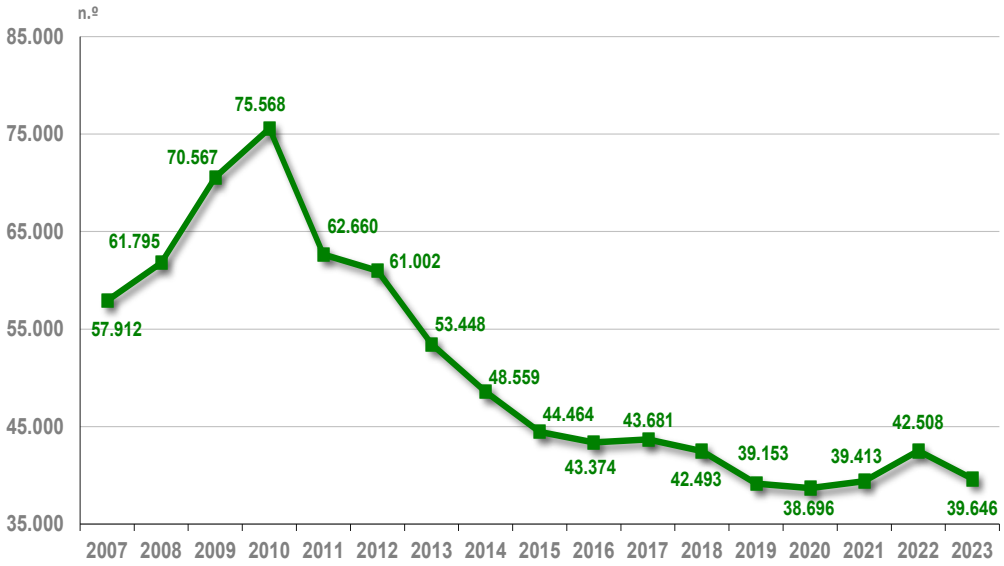
Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro cifrava-se nos 20.161 euros, mais 1.655 euros do que em 2021. Este valor representava 85,7% da média do país, tendo voltado a divergir do padrão nacional (diminuiu 2,5 pontos percentuais face ao ano anterior). O Centro mantinha-se como uma das regiões portuguesas com menor PIB por habitante (apenas a Região Norte apresentava pior desempenho). Na comparação europeia, o PIB por habitante do Centro correspondia a 67,4% do valor do conjunto dos 27 países da União Europeia, tendo recuperado ligeiramente face ao ano anterior (em que representava 66,4% da média europeia).

As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, voltaram a aumentar em 2022, tendo atingido o valor mais elevado desde o início da série. A disparidade sub-regional do PIB por habitante atingia a sua expressão máxima na comparação da Região de Aveiro (23.454 euros por habitante) com as Beiras e Serra da Estrela (16.187 euros por habitante).

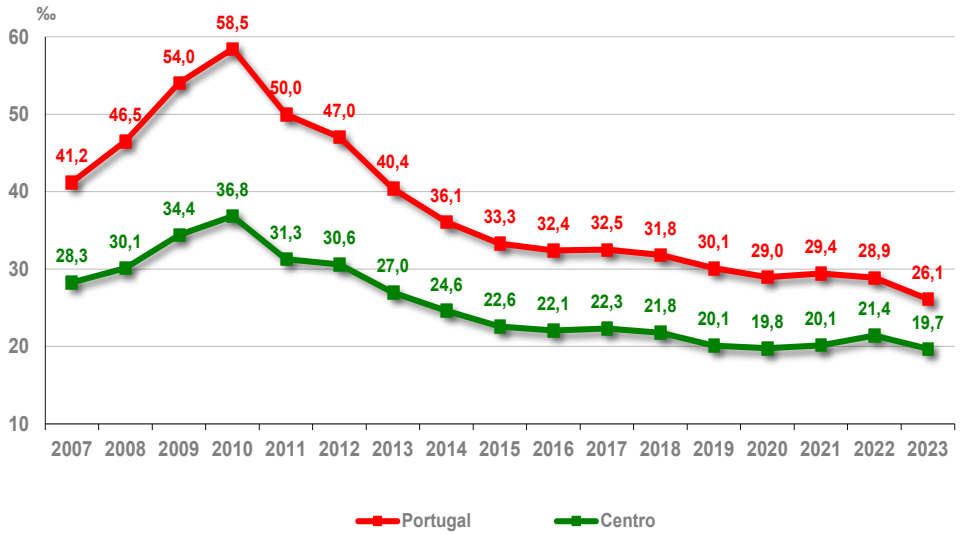
Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2021 e provisórios de 2022, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2023).
Notas:
1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).
2) Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.
3) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).
Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente
Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).
Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.
PIB – Produto Interno Bruto
UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Beneficiários do RSI

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2023

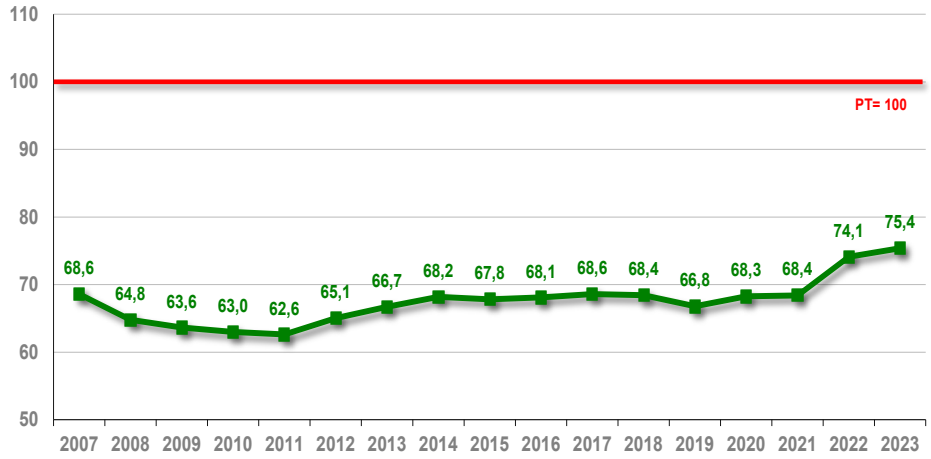


Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2023



Beneficiários do RSI

Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2023



Posicionamento da Região Centro

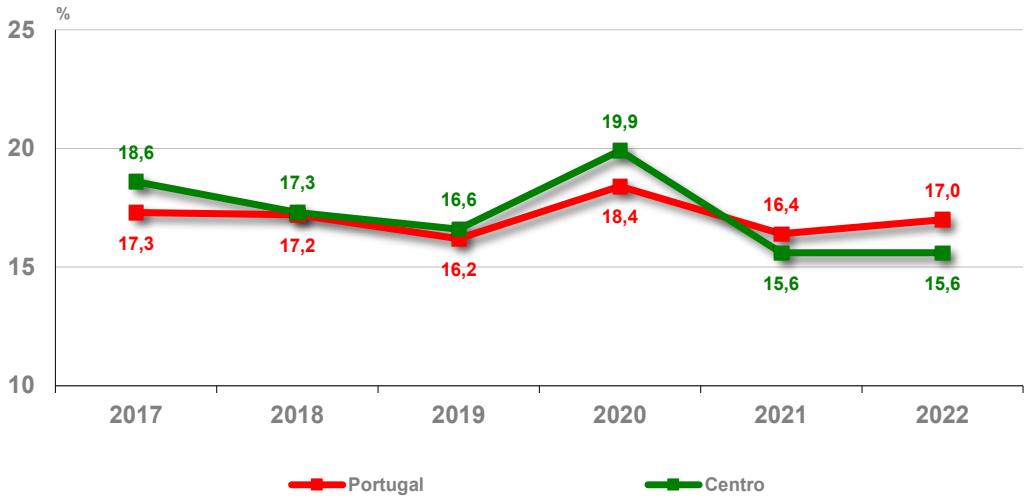
	Beneficiários do RSI, 2023	Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2023	
	n.º	‰	% média nacional
Portugal	**240.841**	**26,1**	**100,0**
Norte	86.051	26,8	102,5
CENTRO	**39.646**	**19,7**	**75,4**
AM Lisboa	69.278	27,5	105,4
Alentejo	18.363	29,1	111,5
Algarve	10.495	25,3	96,7
Açores	11.669	56,7	216,8
Madeira	5.167	23,1	88,3

Em 2023, na Região Centro, existiam 39,6 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Este número representava 16,5% do total nacional, tendo-se registado uma redução muito significativa (de 6,7%) face ao ano anterior. No Centro existiam 19,7 beneficiários do RSI por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), valor inferior ao verificado em 2022 e que continuava a ser o melhor registo entre as sete regiões portuguesas. O Centro manteve-se, em 2023, abaixo da média do país, apesar do seu posicionamento ter piorado, aproximando-se do padrão nacional.

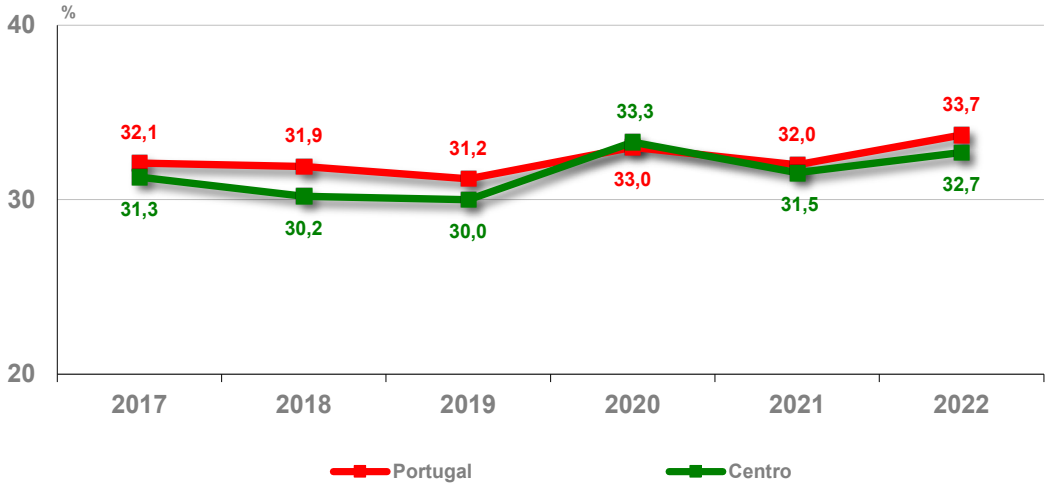
Fonte: INE/Instituto de Informática, I.P. (dados anuais, disponibilizados em agosto de 2024 e extraídos pela CCDRC em outubro de 2024).
Notas:
1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.
2) Nos anos de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100
RSI – Rendimento Social de Inserção

Distribuição do rendimento

Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário) entre 2017 e 2022



Coeficiente de Gini (rendimento monetário) entre 2017 e 2022



Distribuição do rendimento

	Rendimento monetário líquido equivalente 2022		
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Desigualdade na distribuição de rendimentos - S80/S20 (%)
Portugal	**17,0**	**33,7**	**5,6**
Norte	18,8	32,5	5,2
CENTRO	**15,6**	**32,7**	**5,2**
AM Lisboa	14,7	34,9	6,2
Alentejo	14,1	30,0	4,5
Algarve	19,7	34,4	5,4
Açores	26,1	36,0	6,5
Madeira	24,8	32,7	5,2

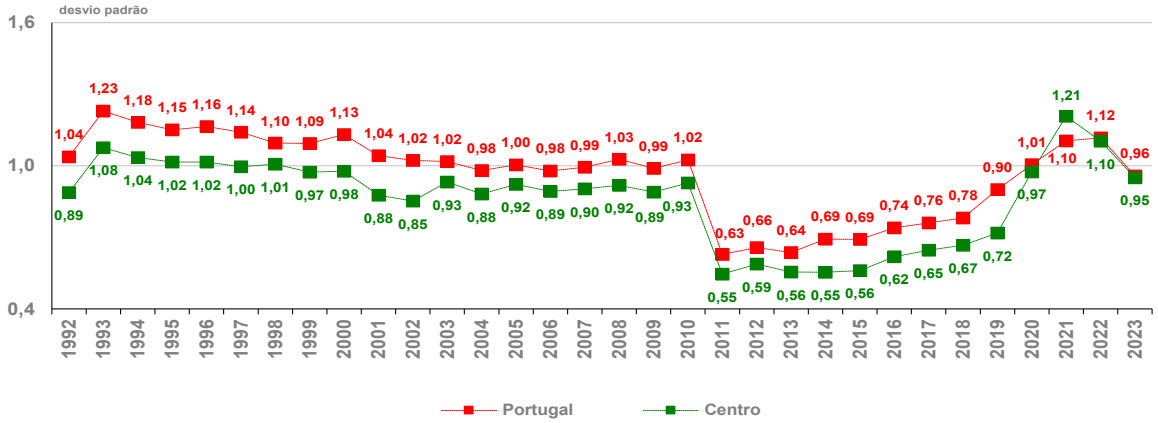
Em 2022, o risco de pobreza na região manteve-se inalterado, estagnando no valor mais baixo da série. Assim, na Região Centro, a taxa de risco de pobreza situava-se nos 15,6%, valor abaixo da média nacional de 17,0%, sendo o terceiro mais baixo das sete regiões do país, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa e ao Alentejo.

Em 2022, na região, assistiu-se ao aumento das desigualdades na distribuição do rendimento face ao ano anterior, mantendo-se uma distribuição fortemente assimétrica e acima dos níveis verificados antes de 2020. Deste modo, o coeficiente de Gini registava um valor de 32,7% (comparando com 31,5%, em 2021), colocando o Centro na terceira posição entre as sete regiões portuguesas, a par com a Região Autónoma da Madeira, e abaixo do padrão nacional (portanto, com uma distribuição menos desigual face à média nacional). Também na distância entre o rendimento dos 20% da população com maiores recursos e o rendimento dos 20% da população com recursos mais baixos, a região viu as desigualdades aumentarem (5,2 em 2022, contra 5,0 em 2021). Neste indicador, a região posicionava-se abaixo da média do país (de 5,6), indicando uma distribuição dos rendimentos menos assimétrica na região do que o padrão nacional.

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2018-2023.
Nota: O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias realizado sobre rendimentos monetários de 2017 (ICOR 2018), foi o primeiro desta série que permitiu obter estimativas regionais.
Rendimento total: É composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário.
Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.
Rendimento não monetário: Coincidente com a despesa não monetária, abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.
Coeficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).
Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.
Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes". "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Dispersão da variação populacional

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2023



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2023

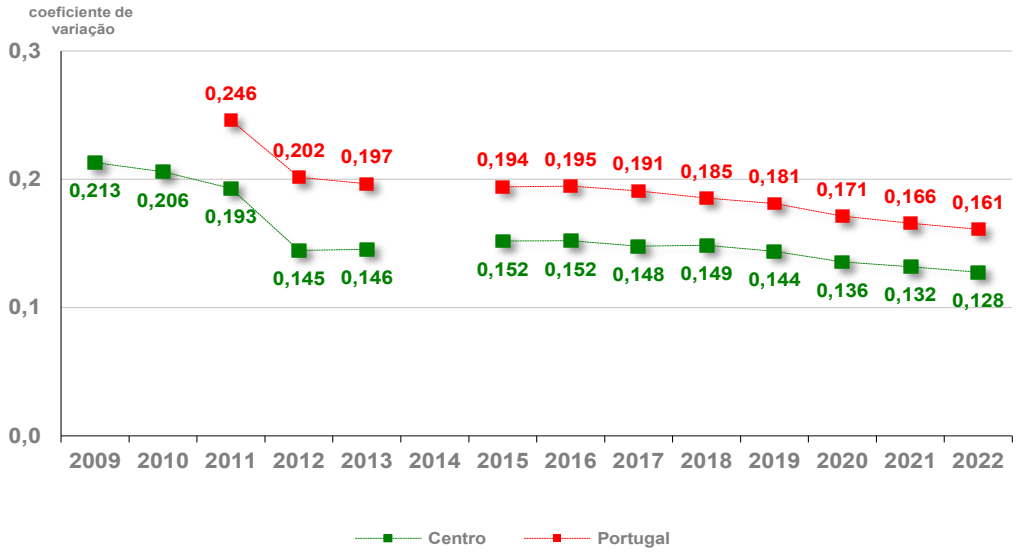
	Dispersão concelhia		Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	**0,96**	**0,00**	**3,70**	**-1,87**	**0,85**
Norte	0,77	-0,19	2,34	-1,01	0,51
CENTRO	**0,95**	**-0,01**	**3,69**	**-0,61**	**1,34**
AM Lisboa	0,45	-0,51	1,97	0,23	1,33
Alentejo	0,92	-0,04	3,66	-1,87	0,38
Algarve	0,98	0,02	2,15	-1,85	0,89
Açores	0,61	-0,35	1,57	-0,57	0,34
Madeira	0,97	0,01	3,70	0,23	1,46

Em 2023, atendendo à dispersão concelhia da variação da população, assistiu-se a uma diminuição das assimetrias territoriais na Região Centro e no País. O Centro posicionava-se marginalmente abaixo do valor de Portugal. Face às restantes regiões portuguesas, o Centro assumia a quinta posição na hierarquia nacional, à frente do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, as regiões com as assimetrias intrarregionais mais acentuadas. As assimetrias intrarregionais no Centro assumiam a sua expressão máxima na comparação entre Vila Nova da Barquinha, o município cuja população mais cresceu (+3,69%), e Pinhel, o município que mais população perdeu (-0,61%).

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2024).
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país
Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.
População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.
p.p. - Pontos percentuais

Dispersão do rendimento familiar

Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante entre 2009 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento familiar por habitante, 2022						
	Dispersão concelhia						
	Coeficiente de variação		Desvio padrão		Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	**0,161**	**0,0**	**1.354**	**0,0**	**14.283**	**5.709**	**8.408**
Norte	0,164	0,003	1.267	-87,6	12.002	5.709	7.705
CENTRO	**0,128**	**-0,033**	**1.062**	**-292,1**	**11.903**	**6.307**	**8.325**
AM Lisboa	0,129	-0,032	1.381	26,9	14.283	8.732	10.678
Alentejo	0,099	-0,062	858	-496,1	10.920	6.956	8.681
Algarve	0,104	-0,057	908	-446,7	10.645	6.795	8.721
Açores	0,154	-0,007	1.397	43,2	11.282	6.865	9.046
Madeira	0,255	0,094	2.034	679,3	12.649	6.524	7.966

Dispersão do rendimento familiar

Na Região Centro, em 2022, a dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente voltou a observar um mínimo histórico, traduzindo a tendência de redução das assimetrias regionais desde 2015. Com esta evolução, a dispersão do rendimento das famílias na Região Centro voltou a distanciar-se dos valores registados nos primeiros anos da série, mantendo-se abaixo da média nacional. Relativamente às restantes regiões portuguesas, o Centro permaneceu como a terceira região com menores assimetrias intrarregionais, depois do Alentejo e do Algarve. A dispersão concelhia assumiu novamente a sua expressão máxima na Região Autónoma da Madeira.

Em 2022, na Região Centro, a média do rendimento familiar por habitante aumentou para os 8.325 euros (aproximadamente mais 599 euros do que em 2021), tendo o valor máximo sido de 11.903 euros (registado no município de Coimbra) e o mínimo de 6.307 euros (ocorrido em Castro Daire).

Fonte: Dados de 2015 a 2022 – INE (dados anuais, disponibilizados em julho e extraídos pela CCDRC em outubro de 2024); Dados de 2009 a 2013 – cálculos próprios a partir de Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDRC) e INE (dados anuais da população).

Notas:

1) A informação relativa ao IRS liquidado, a partir de 2015, não inclui o valor relativo à sobretaxa extraordinária de IRS (em vigor de 2013 a 2017), nem os agregados fiscais com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado menor do que zero.

2) A partir de 2018 a informação passa a ser referenciada ao município da morada fiscal do contribuinte e a excluir os resultados relativos aos não residentes (inclui resultados dos contribuintes com "residência fiscal parcial"). Os dados relativos aos anos de 2015 a 2020 têm por base a informação das Estimativas Definitivas de População Residente, que incorporam os resultados definitivos dos Censos 2021.

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto declarado em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

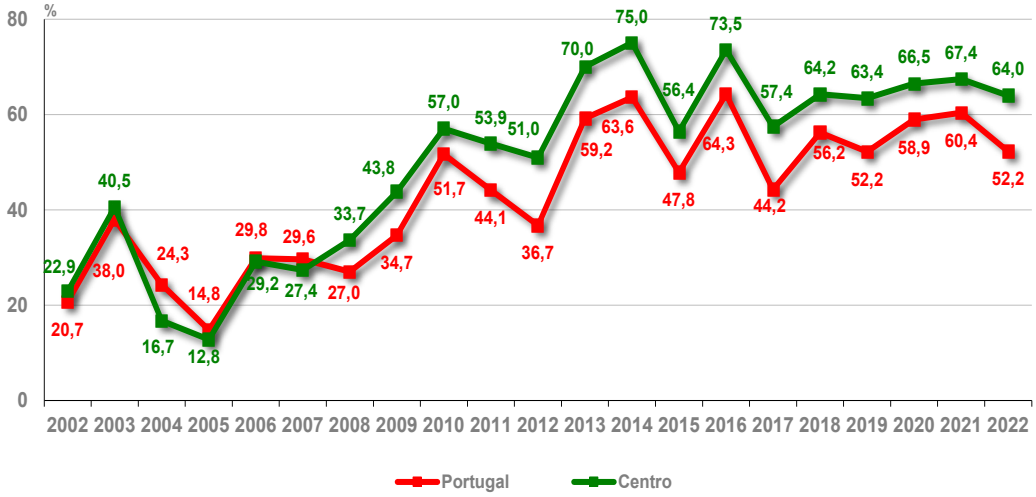
Coeficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogéneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares

p.p. – Pontos percentuais

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2022 (%)
Portugal	**52,2**
Norte	82,2
CENTRO	**64,0**
AM Lisboa	4,3
Alentejo	54,3
Algarve	49,4
Açores	38,9
Madeira	30,7

Em 2022, 64,0% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo este peso no país sido de 52,2%. Face a 2021 observou-se uma diminuição neste indicador de 3,4 pontos percentuais na região e de 8,2 pontos percentuais no país. Esta evolução resultou, por um lado, do aumento do consumo de eletricidade para valores pré-pandemia, e por outro, da quebra na produção de eletricidade dos centros electroprodutores hídricos, devido à seca extrema que ocorreu durante o ano, com muitas centrais a suspenderem a sua atividade durante alguns períodos. Neste ano, a produção renovável regional distribuiu-se entre energia eólica (78,3% face a 74,7% em 2021), hídrica (15,7% contra 24,8% em 2021) e fotovoltaica (6,0% versus 0,5% em 2021). O Centro manteve-se como a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia (a seguir à Região Norte). De facto, a Região Centro é, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2022, nos 32,6%, em termos de consumo de eletricidade fixava-se nos 26,7%.

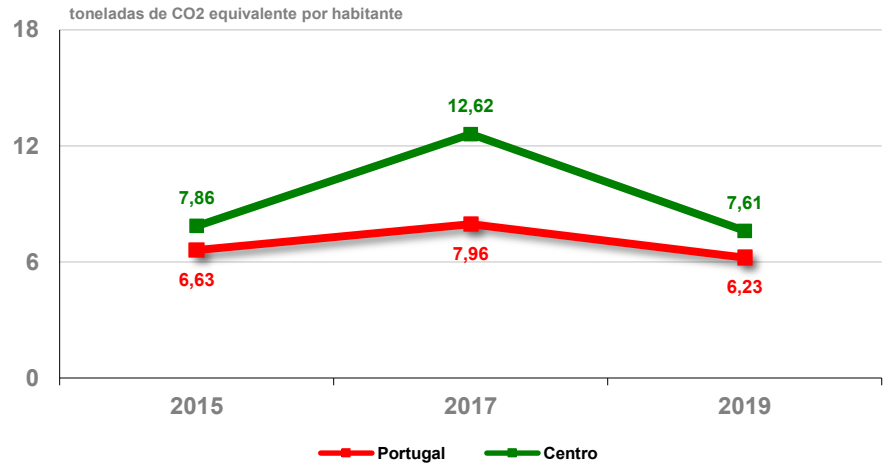
Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados em maio de 2024 e extraídos pela CCDRC em junho de 2024).

Nota: Os dados da produção de eletricidade não incluem microprodução e miniprodução.

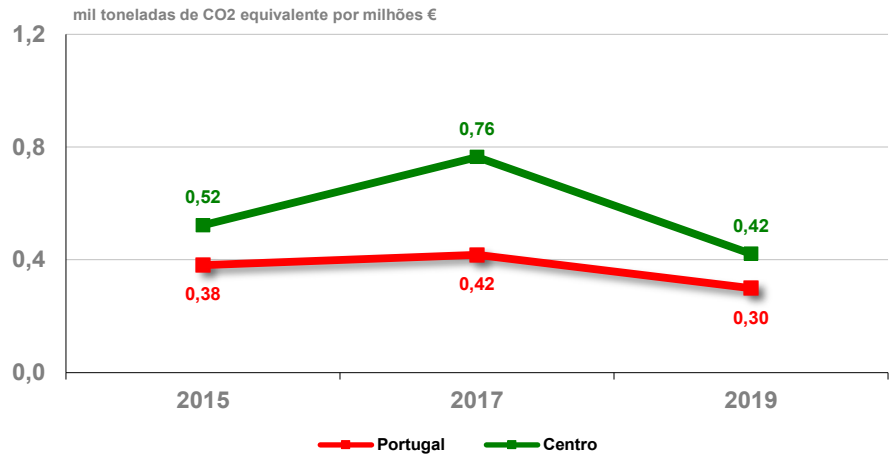
Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100

Emissão de gases com efeitos estufa

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante em 2015, 2017 e 2019

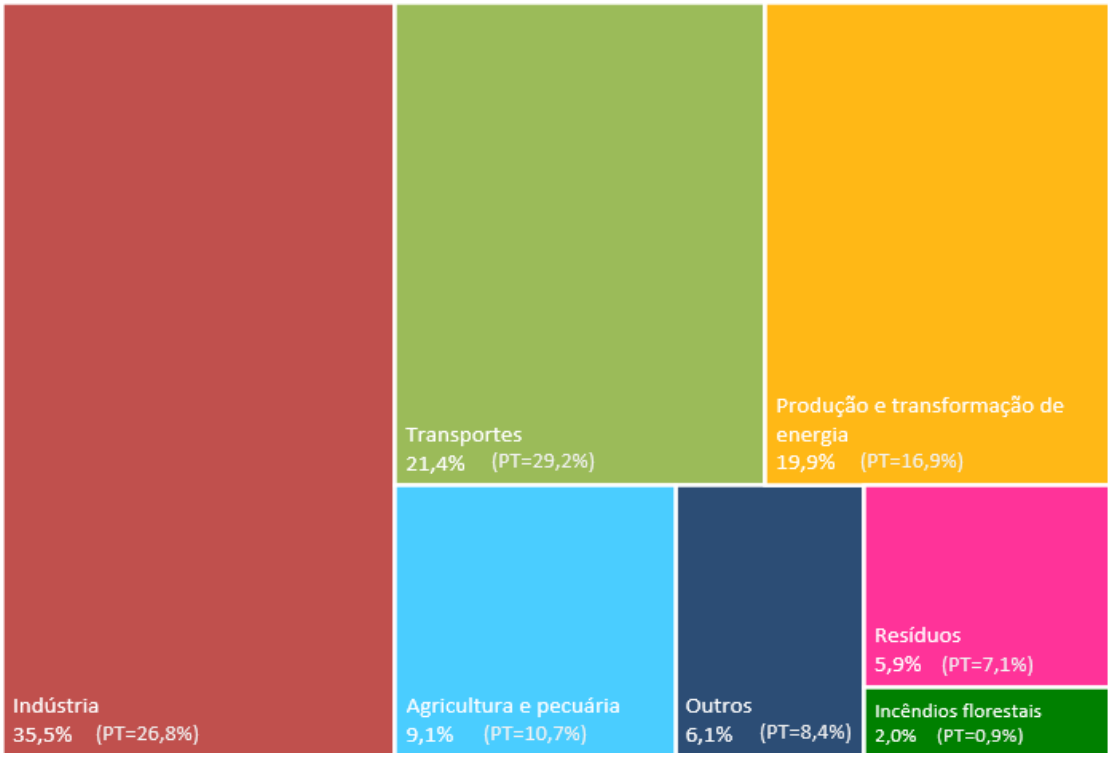


Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) em 2015, 2017 e 2019



Emissão de gases com efeitos estufa

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por setores de emissão, 2019



Posicionamento da Região Centro

	Emissão total estimada de gases com efeito de estufa, 2019			
	Peso no total nacional (%)	Por habitante (t de CO2 equivalente por habitante)	Por quilómetro quadrado (kt de CO2 equivalente por Km2)	Peso no PIB (kt de CO2 equivalente por M€)
Portugal	**100,0**	**6,23**	**0,70**	**0,30**
Norte	24,3	4,36	0,73	0,25
CENTRO	**26,3**	**7,61**	**0,60**	**0,42**
AM Lisboa	20,1	4,51	4,28	0,17
Alentejo	21,4	19,51	0,43	1,03
Algarve	2,9	4,23	0,37	0,18
Açores	3,1	8,28	0,87	0,45
Madeira	1,8	4,66	1,48	0,23

Emissão de gases com efeitos estufa

Em 2019, tanto a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por habitante na Região Centro, como o peso que a emissão de GEE assumia no Produto Interno Bruto da região eram superiores ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo e dos Açores. Apenas quando se relativizava a emissão regional de GEE pela superfície do território é que a região se posicionava abaixo da média nacional. No entanto, em todos estes indicadores tem-se assistido a uma tendência decrescente de GEE emitidos, com os valores de 2019 a situarem-se abaixo dos de 2015 (note-se que 2017 foi um ano de seca e consequentemente de redução da produção hidroelétrica e com grandes (e atípicos) incêndios florestais, o que provocou um grande aumento dos níveis de emissões de GEE). Esta evolução traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono (com destaque para o gás natural) e a aposta crescente em fontes de origem renovável (com especial relevância da energia eólica).

Em 2019, a Região Centro era responsável por 26,3% do total das emissões de GEE do país, sendo a região portuguesa com maior quota de emissões. O dióxido de carbono era o gás com efeito de estufa mais emitido, representando 77% do total de emissões de GEE na região, acima da média nacional (75%). Seguia-se o metano (normalmente mais associado ao setor agrícola e dos resíduos), responsável por 12% das emissões de GEE na região (a quota nacional era de 14%). As principais fontes de emissão de GEE eram a indústria (incluindo combustão, processos Industriais e uso de produtos), com um peso na região bastante superior ao nacional (35,5% contra 26,8%), o setor dos transportes, com destaque para os transportes rodoviários (quota de 19,9% na região, face a 26,4% em termos nacionais) e o setor de produção e transformação de energia (peso de 19,9% na região, face a 16,9% em termos nacionais).

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (cálculos próprios a partir dos dados relativos às Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho, 2015, 2017 e 2019, disponibilizados no site da APA com referência a agosto de 2021).

Notas:

1) Para o cálculo da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa foram considerados os seguintes gases: Dióxido de carbono (CO2); Metano (CH4); Óxido nitroso (N2O) e Gases Fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto (F-Gases).

2) Os coeficientes usados para o cálculo do total estimado de Gases com Efeito de Estufa em CO2 equivalente são os definidos pelo IPCC 2007 (*Intergovernmental Panel on Climate Change, Fourth Assessment Report*) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa relativamente a uma tonelada de CO2 para um período de vida de 100 anos: equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 298 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 25 toneladas de CO2.

3) De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, a distribuição espacial das emissões de poluentes atmosféricos por município baseia-se, para um grande número de situações, numa abordagem *top-down*, recorrendo a variáveis *proxy* e tendo por base pressupostos, pelo que é aconselhada precaução na interpretação dos resultados e cuidado na análise da variabilidade inter-anual das emissões a um nível desagregado.

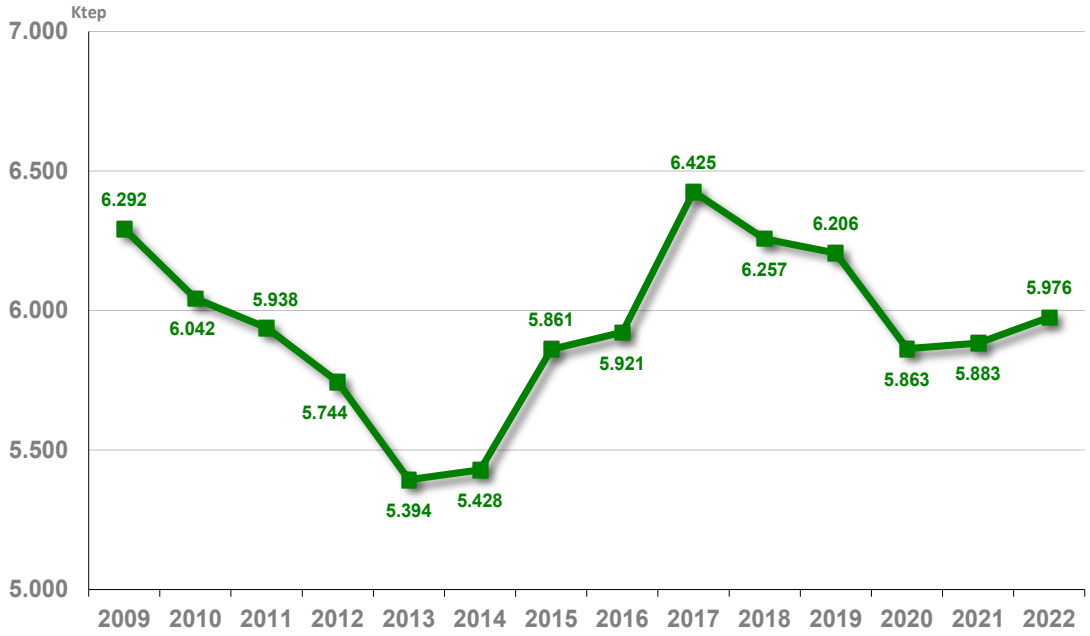
Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/População residente

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por quilómetro quadrado = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Superfície do território

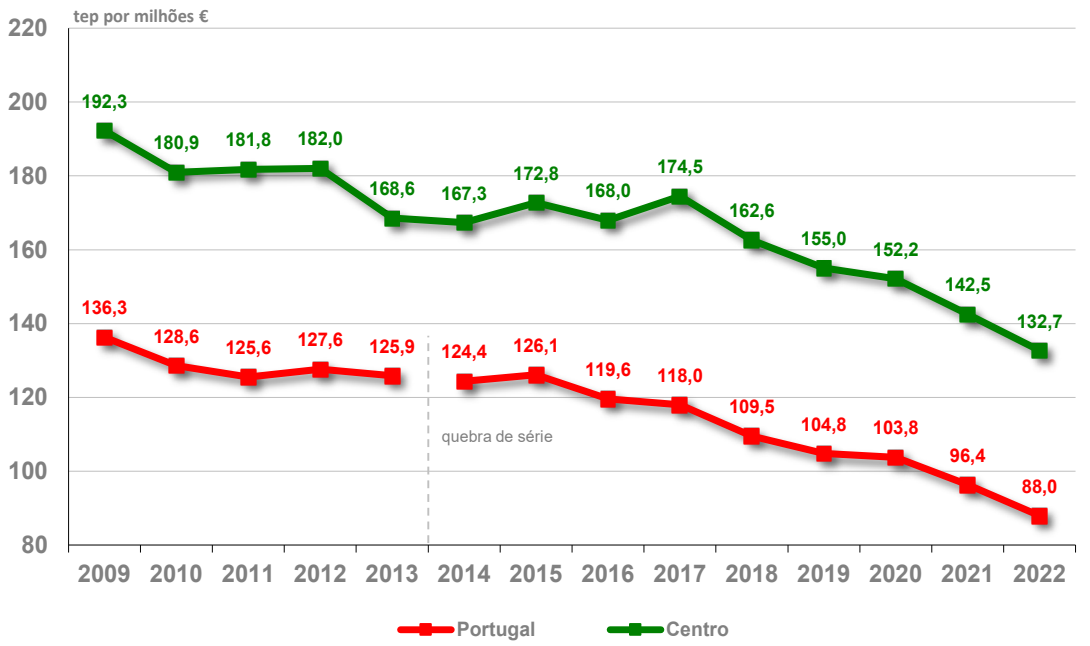
Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Produto Interno Bruto

CO2 - Dióxido de carbono
CH4 - Metano
N2O - Óxido nitroso
F-Gases - Gases Fluorados
GEE - Gases com Efeito de Estufa
PIB - Produto Interno Bruto
t - toneladas
kt - quilotoneladas (mil toneladas)

Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2022



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2022



Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2022 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2022 (tep por milhões de €)
Portugal	**21.315**	**88,0**
Norte	4.744	66,0
CENTRO	**5.976**	**132,7**
AM Lisboa	3.736	42,8
Alentejo	3.436	226,7
Algarve	654	56,3
Açores	351	68,7
Madeira	367	60,9

Na Região Centro, em 2022, o consumo de energia primária aumentou para cerca de 6,0 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, registando-se um crescimento de 1,6% face a 2021, ainda assim inferior ao verificado a nível nacional (+2,4%). Este acréscimo resultou, em grande medida, do aumento do consumo de energia no setor dos transportes, nomeadamente na componente rodoviária, que continuou a recuperar face aos efeitos causados pela pandemia. O Centro permaneceu como a região portuguesa com o consumo de energia primária mais elevado, concentrando 28,0% do valor nacional.

Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), na Região Centro, em termos médios, era necessário consumir mais energia primária para produzir a mesma riqueza do que no país. No entanto, tem-se observado uma diminuição dessa intensidade energética na região, verificando-se atualmente o valor mais baixo de toda a série.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Saldos energéticos por NUTS II (dados anuais disponibilizados em maio de 2024 e extraídos pela CCDRC em junho de 2024) e INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2023).

Notas:

1) Os dados de 2022 do consumo de energia primária e do PIB são provisórios.

2) A partir de 2014 os valores do consumo de energia primária de Portugal integram a energia renovável produzida pelas bombas de calor, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.

3) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem, por impossibilidade da sua desagregação regional, a biomassa, os resíduos renováveis e não renováveis para a produção de calor; a energia renovável proveniente do solar térmico e a energia renovável produzida pelas bombas de calor. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.

4) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a redistribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Tep - tonelada equivalente de petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

ANEXO

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

ODS 2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

ODS 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

ODS 7 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

ODS 12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

ODS 13 -Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

ODS 14 -Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

ODS 15 -Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

CCDR CENTRO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P.

Cofinanciado por:

CENTRO 2030 PROGRAMA REGIONAL DO CENTRO

PORTUGAL 2030

Cofinanciado pela União Europeia